



N.º 3

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM/
DO MANDATO 2021/2025.**

1 Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um pelas vinte e uma horas, no
2 Teatro Garcia de Resende, reuniu a Assembleia Municipal de Évora com a seguinte **Ordem do Dia:**

3
4 **Ponto III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta**
5 **os seguintes pontos:**

- 6
- 7 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a**
8 **situação financeira do mesmo (para conhecimento);**
- 9 **2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2022;**
- 10 **3. Derrama para 2022;**
- 11 **4. Participação Variável no IRS – 2022;**
- 12 **5. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2022;**
- 13 **6. Projeto de alteração da tabela de taxas e outras receitas do Município de Évora;**
- 14 **7. Abertura de Concurso. Constituição de Direito de Superfície para construção e**
15 **exploração de um Estádio de Futebol em parcela de terreno municipal sito em Évora;**
- 16 **8. Abertura de Procedimento Concursal;**
- 17 **9. Central de Valorização Orgânica (Compostagem de Lamas) – Ampliação da ETAR**
18 **de Évora;**
- 19 **10. Revogação do Regulamento do Programa Municipal de Apoio à melhoria das**
20 **Acessibilidades;**
- 21 **11. Relatório de revisão às Demonstrações Financeiras do Município de Évora do 1º**
22 **semestre de 2021 (para conhecimento).**

23
24 **Ponto IV – Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal**
25 **propõe os seguintes pontos:**

- 26
- 27 **1. Alterações regimentais: reflexão sobre eventual necessidade de proceder a alterações,**
28 **e deliberação sobre *modus faciendi*.**
- 29 **2. Representação da Assembleia Municipal em comissões e conselhos:**
30 **a) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**

- 1 b) **Conselho da Comunidade do agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo**
2 **Central;**
3 c) **Conselho Municipal de Segurança de Évora;**
4 d) **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora;**
5 e) **Comissão Municipal de Economia e Turismo de Évora;**
6 f) **Conselho Municipal de Educação;**
7 g) **Conselho Consultivo do Hospital de Espírito Santo de Évora.**

8
9 **3. Outros assuntos.**

10
11 Estiveram presentes os membros da Mesa:

12 **Presidente – Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

13 **1º Secretário – Ananias Delfim Courelas Quintano**

14 **2ª Secretária – Maria da Nazaré Pereira Lança**

15
16
17 Em seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados
18 municipais eleitos, verificando-se as seguintes presenças e ausências:

19
20 **Presentes:**

- 21 - Maria Clara Canotilho Grácio
22 - José Manuel Martins dos Santos
23 - Paula Cristina Nobre de Deus
24 - João Manuel Fialho de Sousa
25 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
26 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
27 - Natanael José Carvalho da Vinha
28 - José Maria Rodrigues Figueira
29 - Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma
30 - Henrique António de Oliveira Troncho (em substituição de Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso)
31 - Maria Cristina Correia Santos Mata
32 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
33 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
34 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
35 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor
36 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira (por videoconferência)
37 - Bruno Manuel dos Santos Martins (por videoconferência)
38 - Joaquim José Pombinho Faria
39 - António João Tonaco Gavela
40 - Luís Carlos Fialho Pardal
41 - Francisco Manuel Branco de Brito (por videoconferência)
42 - Bernarda Julieta da Noite Cota
43 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
44 - David Miguel Mirrado Lopes (por videoconferência)
45 - Redolfo Constantino Pereira;
46 - José Vitorino Piteira (por videoconferência)
47 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
48 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
49 - Isidro José de Oliveira Lobo

50

1 **Ausentes:**

2 - Joaquim António Filipe Pimpão;

3
4 A Câmara Municipal fez-se representar por:

5 - Carlos Pinto de Sá

6 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim (por videoconferência)

7 - Alexandre Manuel Rosa Varela

8 - Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico

9 - Florbela da Luz Descalço Fernandes (por videoconferência)

10 - Patrícia José Correia Raposinho

11
12 Verificou-se a ausência do seguinte representante da Câmara Municipal: José Gabriel Paixão
13 Calixto.

14
15 **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

16
17 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal** começou por cumprimentar todos os
18 presentes, e informou que o Regimento da Assembleia permite a atribuição de quinze minutos aos
19 cidadãos presentes, para que lhes seja dado o uso da palavra. Neste sentido, questionou se alguém
20 do público pretendia usar da palavra, tendo-se verificado o pedido de intervenção por parte do
21 senhor **José Verdasca** e do senhor **Adalberto Figueiredo**.

22
23 De seguida, o **senhor José Verdasca** referiu que tinha enviado ao senhor Presidente da Assembleia
24 Municipal de Évora, um texto sobre questões urbanísticas, no qual é um dos subscritores do
25 documento, e que à falta de melhores designações, utilizou a palavra Conspuração Urbanística, a
26 qual tem a ver com uma espécie de invasão francesa, e que tem má memória na cidade de Évora
27 dessas invasões. Neste caso, tem um pouco a ver com as estruturas de uma magnitude descomunal,
28 que se estão a edificar junto às habitações e às residências das pessoas no Bairro São José da Ponte
29 e nas respetivas ruas, e que do seu ponto de vista colocam em causa o bem-estar, as condições
30 ambientais, de saúde pública e até educação que são hoje os desafios dos tempos modernos.

31 Salientou que na verdade não compreenderam como é que habitações, neste caso concreto, que
32 foram construídas há 36 anos, onde naquela rua foi a primeira habitação a ser licenciada, e com tudo
33 legalizado para esse efeito, e de repente vêm erguer estruturas colossais como é o caso do Leroy
34 Merlin que está a expandir a uma distância que não chega, em alguns casos, a ser de 20 metros das
35 casas de habitação, e que a partir do meio dia sombreia os espaços do quintal e das habitações que
36 ali estão contíguas, e onde os ruídos, os resíduos e os lixos são sistemáticos.

37 Referiu que viram surgir há uns anos atrás o MARE, onde ficou a convicção que iriam edificar este
38 tipo de armazéns, de espaços no outro lado da circular, do ponto de vista de uma lógica de
39 desenvolvimento e de progresso da cidade de Évora em termos industriais, em termos tecnológicos
40 e comerciais, e coisas que se foram confirmando com a criação de outras infraestruturas do género,
41 sempre nesse lado da variante.

42 O que surpreende e deixa incertezas é que a cada momento podem ser confrontados com o edificar
43 de espaços desta natureza, que no seu ponto de vista deixa uma grande dúvida sobre o seu
44 licenciamento e que o assusta. Numa cidade que é Património Mundial, uma cidade que quer ser
45 Capital da Cultura 2027, uma cidade que é Cidade Educadora, não acredita que seja um espaço
46 mínimo de educação, de desenvolvimento de lógica urbanística no bom sentido da palavra.

47 Referiu que a manifestação representa um conjunto de munícipes e de moradores naquela zona, é
48 mais uma manifestação de apelo e sensibilização de alerta, de critério sobre as lógicas de
49 desenvolvimento estratégico urbanístico da cidade de Évora, no sentido de lhe dar a dignidade que
50 merece do ponto de vista dos espaços, da adequação desses espaços e dos seus lugares próprios para

1 se erguerem. Ainda assim julga que o Leroy Merlin faz muita falta à cidade de Évora e nada tem
2 contra, nem a outros espaços dessa natureza, são oportunidades de trabalho, de desenvolvimento,
3 mas no seu entender tem que haver uma zona própria da cidade para instalar este tipo de edifícios
4 com estas magnitudes colossais em formatos de zinco, em formatos de estruturas metálicas, em
5 formatos que nada dignificam as zonas residenciais. Elas já lá estavam licenciadas à dezenas e
6 dezenas de anos e, portanto, faz-lhe muita espécie e assustam-no muito que entre a Rua 2 de Abril
7 e o Rossio de São Brás, naquele espaço enorme que continua livre, haja uma tentação enorme para
8 constituir outros armazéns do género, retirando tudo o que é de bom censo e de dignidade.
9 Salientou que deu conhecimento da mensagem ao senhor Presidente da Câmara, e ao senhor
10 Presidente da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, ainda assim agradecia que
11 todos os deputados pudessem ter acesso a este texto e imagens.

12
13 **Interveio, também, o senhor Adalberto Figueiredo** que começou por colocar duas questões ao
14 senhor Presidente da Câmara Municipal Évora, sendo a primeira questão no sentido de saber para
15 quando o fim da propaganda política no Centro Histórico, pois é uma cidade Património Mundial
16 da Unesco e ter propaganda política como cartão de visita para os turistas nas principais Praças das
17 cidades, não é nada favorável.

18 Citando o Presidente da Câmara Municipal de Évora na crónica de ontem no Diário do Sul, “*a Área*
19 *Social é absolutamente prioritária para este mandato*“, questionou para quando a resolução do
20 problema das várias pessoas que vivem na rua, no espaço público e pessoas essas que estão
21 devidamente identificadas.

22
23 Neste contexto, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara,
24 caso pretendesse dar uma resposta aos munícipes.

25
26 **O Presidente da Câmara** cumprimentou os munícipes e, começando por responder à questão do
27 senhor José Verdasca, disse que essas estruturas comerciais estão a ser feitas ao abrigo do atual
28 Plano de Urbanização, mas naturalmente irão verificar se está a ser cumprida a legislação que está
29 definida sobre esta matéria.

30 Percebe o que é dito sobre as lógicas de desenvolvimento da cidade, e aproveitou para convidar os
31 cidadãos que porventura não intervieram aquando da última versão do Plano de Urbanização para o
32 fazerem agora. Informou que se iniciou a revisão do Plano de Urbanização, onde haverá contactos
33 públicos e discussão pública, ainda assim é um excelente momento para colocar este tipo de questões
34 em cima da mesa e colocar propostas para o melhoramento da cidade.

35
36 Relativamente às questões colocadas pelo cidadão Adalberto Figueiredo, disse que em relação à
37 propaganda política esta tem uma lei própria, a qual é uma lei nacional, e naturalmente a Câmara
38 Municipal respeitará a lei nacional que está em vigor, contudo disse que na Câmara Municipal
39 acertaram que relativamente a essa matéria se deveria procurar um consenso entre as diversas forças
40 políticas, e fazer um ordenamento da propaganda política no Centro Histórico, respeitando a
41 legislação nacional que existe.

42 Relativamente à Área Social a Câmara Municipal, dentro daquilo que são as suas competências,
43 está a acompanhar estes e outros cidadãos que tem na cidade, no sentido de procurar encontrar as
44 soluções naquilo que são as competências da Câmara Municipal.

45
46 Não se registando mais pedidos de palavra o **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao
47 Período Antes da Ordem do Dia.

48
49 **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

50

1
2 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de uma recomendação, subscrita pelo
3 BE.

4
5 **O deputado Bruno Martins** apresentou a seguinte recomendação:

6 “A 7 de dezembro de 2018 a Assembleia Municipal de Évora deliberou recomendar que “no sítio
7 da internet da Assembleia Municipal de Évora fosse criado um espaço para que cada
8 partido/movimento de cidadãos representado neste órgão, e seus eleitos/as, pudessem partilhar as
9 suas propostas para o município, e que este mesmo espaço permitisse que os munícipes
10 contactassem todos os eleitos/as da Assembleia Municipal de Évora.”

11 *Infelizmente, passados mais de 3 anos, tal recomendação não foi respeitada. Continuamos a não
12 ter uma página da Assembleia Municipal atualizada que contenha informação de fácil consulta,
13 permita que os eleitos partilhem as suas propostas e que os cidadãos contactem facilmente os seus
14 eleitos.*

15 *A criação de endereços eletrónicos para todos os eleitos, assim como a transmissão streaming de
16 algumas reuniões da Assembleia Municipal são medidas que saudamos, mas não são suficientes
17 para enobrecer este importante órgão democrático.*

18 *A democracia sai fragilizada quando não são dados sinais claros que o município sabe valorizar
19 as opiniões de todos os eleitos e eleitas, permitindo que os cidadãos e cidadãs conheçam as suas
20 ideias e propostas.*

21 *Na mesma linha, é incompreensível que passados 3 meses das últimas eleições não exista uma
22 equipa técnica de apoio à Assembleia Municipal de Évora.*

23 **Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 28 de dezembro de 2021 delibera:**

- 24 1. *Que no prazo de 3 meses o sítio da internet da Assembleia Municipal de Évora esteja*
25 *atualizado com todas as informações sobre eleitos e forma de contacto, com a*
26 *disponibilização de toda a documentação que é apresentada em cada reunião, e que*
27 *contenha um espaço para que cada partido/movimento de cidadãos representado neste*
28 *órgão, e seus eleitos/as, possam partilhar as suas propostas para o município;*
- 29 2. *Que todas as reuniões da Assembleia Municipal de Évora tenham transmissão streaming*
30 *(transmissão em direto por vídeo);*
- 31 3. *Recomendar ao executivo municipal que, no prazo de um mês, disponibilize uma equipa*
32 *técnica de apoio afeta à Assembleia Municipal de Évora.”*

33
34
35 **O Presidente da Câmara** confirmou que de facto a recomendação, então apresentada, não foi
36 cumprida e existe uma razão para isso, podendo no entanto não ser motivo suficiente. Como é sabido
37 os sites são alojados num servidor da CIMAC que assegura todas as páginas dos Municípios do
38 Alentejo Central, dado que sai mais barato aos municípios essa gestão. Estes sites têm vindo a ser
39 remodelados e houve atrasos significativos na sua remodelação, razão pela qual não foi possível
40 fazer esta alteração.

41 Quanto à questão da equipa técnica, disse que está em completo desacordo, uma vez que existe uma
42 unidade da Câmara Municipal, a Unidade de Administração Geral que dá apoio direto e assegura o
43 trabalho da Assembleia Municipal. Aquilo que foi transmitido ao senhor Presidente da Assembleia,
44 é que além desta unidade que tem um conjunto de trabalhadores que dão apoio técnico, ainda assim
45 pretende reforçar esta equipa, colocando uma pessoa a tempo inteiro para a Assembleia Municipal.
46 Referiu o Deputado Bruno Martins e se os membros da Assembleia aceitassem, gostaria que esta
47 parte da recomendação pudesse ser alterada.

48

1 **A Deputada Clara Grácio** relativamente à questão do site de internet, referiu que foi criado um
2 grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal, exatamente para estudar um pouco o
3 formato, as condicionantes e como deveria ser esse site da internet.

4 Salientou que houve duas ou três reuniões sobre esta questão, entretanto pensa que na terceira
5 reunião, esse grupo já não se reuniu, porque houve bastantes ausências e o deputado Bruno Martins
6 faltou a essa reunião, ainda assim concorda que a Assembleia Municipal deverá ter condições, mas
7 frisou que existiu esse grupo de trabalho no âmbito da Assembleia para exatamente ajudar e ajudar
8 na formatação do próprio site, e que de facto não deram continuidade a essas reuniões.

9
10 **A deputada Paula Deus** interveio para dizer que a bancada do Partido Socialista apoia desde já a
11 recomendação do Bloco de Esquerda, ainda assim as alterações e as decisões a fazer caberá ao
12 senhor Deputado Municipal Bruno Martins, mas na generalidade revêm-se no texto.

13 Salientou que esta transmissão inclusive da Assembleia Municipal para os municípios, foi uma
14 iniciativa que vale a pena lembrar, que foi precisamente quando o Partido Socialista tinha a
15 presidência da Assembleia, onde o senhor Deputado Municipal Capoulas Santos era o Presidente, e
16 toda a perspetiva do Partido Socialista vai no sentido de promover a transparência e a acessibilidade
17 e o funcionamento da Assembleia aos cidadãos e por isso não podem estar mais de acordo com o
18 sentido desta recomendação, independentemente de algumas alterações que venham a ser feitas.
19 Mais consideram, não obstante de dificuldades técnicas no século XXI, nada obsta que por o
20 servidor estar na CIMAC, que não seja ultrapassado esse constrangimento e convém que ao fim de
21 tanto tempo o argumento não ganhe. Ainda assim gostaria muito que esta recomendação fosse
22 implementada naquilo que é o seu espírito mais amplo de acessibilidade aos cidadãos e de bom
23 funcionamento desta Assembleia para o qual estas sugestões contribuem.

24
25 **O deputado Bruno Martins** referiu que ia fazer uma pequena alteração e antes de mais pretendia
26 esclarecer, depois do que a deputada Clara Grácio disse, que de facto é pena que o ex-Presidente
27 Carlos Reforço não tenha sido eleito, pois se assim fosse iria claramente esclarecer a todos, as vezes
28 que lhe pediu pessoalmente desculpa por esta recomendação não ter sido respeitada, e pelos debates
29 que realizou com a equipa técnica, com a Câmara Municipal no sentido de respeitar essa
30 recomendação.

31 De facto, estava consensualizado o modelo, à qual faltou por motivos profissionais, e como devem
32 calcular não é profissional da política, ainda assim o ex-Presidente Carlos Reforço muitas vezes
33 pediu desculpa por esta recomendação não ter ido avante, embora o passado não interessa, o que
34 realmente interessa é que agora possa ser respeitada, porque existem todas as condições técnicas
35 para que o seja e salientou que iria fazer a alteração ao texto e à deliberação.

36 **Assim, a recomendação passou a ter o seguinte conteúdo:**

37 *“A 7 de dezembro de 2018 a Assembleia Municipal de Évora deliberou recomendar que “no sítio*
38 *da internet da Assembleia Municipal de Évora fosse criado um espaço para que cada*
39 *partido/movimento de cidadãos representado neste órgão, e seus eleitos/as, pudessem partilhar as*
40 *suas propostas para o município, e que este mesmo espaço permitisse que os municípios*
41 *contactassem todos os eleitos/as da Assembleia Municipal de Évora.”*

42 *Infelizmente, passados mais de 3 anos, tal recomendação não foi respeitada. Continuamos a não*
43 *ter uma página da Assembleia Municipal atualizada que contenha informação de fácil consulta,*
44 *permita que os eleitos partilhem as suas propostas e que os cidadãos contactem facilmente os seus*
45 *eleitos.*

46 *A criação de endereços eletrónicos para todos os eleitos, assim como a transmissão streaming de*
47 *algumas reuniões da Assembleia Municipal são medidas que saudamos, mas não são suficientes*
48 *para enobrecer este importante órgão democrático.*

49 *A democracia sai fragilizada quando não são dados sinais claros que o município sabe valorizar*
50 *as opiniões de todos os eleitos e eleitas, permitindo que os cidadãos e cidadãs conheçam as suas*

1 *ideias e propostas.*

2 *Na mesma linha, é incompreensível que passados 3 meses das últimas eleições não exista um técnico*
3 *a tempo inteiro de apoio à Assembleia Municipal de Évora.*

4 **Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 28 de dezembro de 2021 delibera:**

- 5 4. *Que no prazo de 3 meses o sítio da internet da Assembleia Municipal de Évora esteja*
6 *atualizado com todas as informações sobre eleitos e forma de contacto, com a*
7 *disponibilização de toda a documentação que é apresentada em cada reunião, e que*
8 *contenha um espaço para que cada partido/movimento de cidadãos representado neste*
9 *órgão, e seus eleitos/as, possam partilhar as suas propostas para o município;*
- 10 5. *Que todas as reuniões da Assembleia Municipal de Évora tenham transmissão streaming*
11 *(transmissão em direto por vídeo);*
- 12 6. *Recomendar ao executivo municipal que, no prazo de um mês, disponibilize um técnico a*
13 *tempo inteiro de apoio à Assembleia Municipal de Évora.”*

14
15 **O deputado José Santos** referiu que a Coligação Mudar Com Confiança não tem nenhum problema
16 em associar-se a esta proposta do Deputado Bruno Martins. Recordou que quem propôs a
17 transmissão em vídeo neste caso através do canal do *youtube* das sessões de Assembleia Municipal
18 foi o PSD, embora não seja algo importante, mas pretende que, pela verdade dos factos, fique
19 sublinhado.

20
21 **O deputado José Figueira** disse que tendo em conta o esclarecimento que o senhor Presidente da
22 Câmara Municipal acabou de referir, e a proposta de alteração da correção do deputado Bruno
23 Martins da recomendação que apresentou, questionou se nestes três meses após as eleições, o senhor
24 Presidente da Assembleia Municipal ou alguém da mesa falou com o senhor Presidente da Câmara
25 Municipal para tratar do funcionamento dos serviços de apoio à Assembleia Municipal.

26
27 **O Presidente da Assembleia Municipal** confirmou que reuniu com o senhor Presidente da Câmara
28 para tratar do assunto.

29
30 **A deputada Paula de Deus** sem querer entrar no debate de quem propôs o quê, e desde já louva o
31 PSD se a iniciativa foi dessa força partidária, mas de qualquer forma o debate é político e, portanto,
32 foi na altura do senhor Presidente Capoulas Santos. Para que não fiquem dúvidas, porque é uma
33 questão relevante, gostariam muito que na próxima reunião de Assembleia Municipal, a ata onde
34 foi aprovada essa decisão que fosse apresentada. Os arquivos são digitais, nada disto é muito difícil
35 de consultar, mas para que as coisas fiquem esclarecidas, porque as novas tecnologias parecem que
36 estão na era do século XXI, mas ainda continua a existir problemas pré-históricos, portanto terem
37 conseguido de facto, em conjunto ou por iniciativa de um partido, mas terem conseguido esse ganho
38 para o concelho é muito relevante e para que fique esclarecido porque estão em sede política, reforça
39 a necessidade de ata ser distribuída na próxima Assembleia Municipal.

40
41 **A deputada Elmina Lopes** ao examinar esta questão referiu que é evidente que a Assembleia
42 Municipal necessita de um apoio e é evidente que o sítio da internet deve estar disponibilizado aos
43 munícipes e que a transmissão em “*streaming*” será bastante útil para os munícipes acompanharem
44 tudo o que se passa na reunião da Assembleia. No entanto, têm dúvidas face ao esclarecimento do
45 senhor Presidente da Câmara, que isto possa ser uma realidade e, assim sendo, a CDU vai abster-se.

46
47 **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que quando tomou posse deste cargo falou com
48 o senhor Presidente da Câmara Municipal, que muito gentilmente disponibilizou, na ausência de um
49 corpo técnico adstrito exclusivamente à Assembleia, os serviços da Câmara Municipal e a
50 colaboração da Dr.^a Elisabete Neves que tem sido incedível, e não existem outras palavras

1 elogiosas para o seu trabalho, contudo ela própria reconhece a necessidade dos serviços da
2 Assembleia Municipal terem um técnico permanente que assegure toda a logística inerente ao
3 serviço. Ainda assim, tem a convicção e o senhor Presidente da Câmara já lhe comunicou que está
4 em concurso um processo para selecionar um funcionário que será afeto à Assembleia Municipal,
5 pelo que aguardam com alguma impaciência que esse desidrato se cumpra. Nesse sentido, revê-se
6 um pouco na recomendação do deputado Bruno Martins, e vota favoravelmente.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
9 pedidos de intervenção, nem havendo pedidos de uso de palavra, submeteu a presente recomendação
10 a votação.

11 **Deliberação da recomendação:**

12 **Aprovada por maioria**, com 25 votos a favor (13 do PS, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança”,
13 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do BE, 1 do CH, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 7 abstenções
14 (da CDU), com 32 presenças verificadas.

15
16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos com a apresentação do segundo
18 documento, uma moção proveniente da bancada do Partido Socialista intitulada:

19 **- Acordo de cooperação técnica para colaboração no projeto de reabilitação e modernização**
20 **na Escola Secundária André de Gouveia (ESAG).**

21 Solicitou ao eleito, Henrique Troncho que procedesse à defesa da Moção.

22
23 **O deputado Henrique Troncho** procedeu à leitura da moção à Assembleia a qual se transcreve:

24 *“Os membros da Assembleia Municipal de Évora congratularam-se com a aprovação por*
25 *unanimidade, em Reunião Pública de Câmara do passado dia 22 de dezembro de 2021, o Acordo*
26 *de Cooperação Técnica entre a Câmara Municipal de Évora e o Ministério da Educação que*
27 *permitirá a reabilitação da ESAG - Escola Secundária André de Gouveia.*

28 *A apresentação e aprovação desta proposta possibilita, finalmente, com recurso a avultados fundos*
29 *comunitários, a resolução de uma questão dramática e desnecessariamente arrastada ao longo de*
30 *demasiado tempo.*

31 *Esta é uma vitória da Escola Pública em Évora, dedicada a toda a comunidade educativa da ESAG,*
32 *tão martirizada por este processo e que felizmente permite que não termine mais um ano sem*
33 *esperança nem avanço.*

34 *Fica demonstrado que, se tivesse havido efetivamente vontade política e dada à ESAG a devida*
35 *prioridade, a obra já estaria atualmente concluída, como aconteceu em situações similares um*
36 *pouco por todo o país, com evidentes vantagens para alunos, docentes e comunidade em geral.”*

37
38 **O deputado José Santos** referiu que não desvalorizam a iniciativa dos senhores Vereadores do
39 Partido Socialista na reunião de Câmara, mas convém fazer um histórico sobre este processo, até
40 porque é um processo que o próprio PSD tem defendido desde 2015, mas o anterior deputado
41 António Costa da Silva tem sempre colocado nas suas propostas eleitorais, nomeadamente nas
42 eleições autárquicas.

43 Salientou que o Partido Socialista andou, com a CDU, a brincar com a ESAG durante muitos anos
44 e quem conhece o processo ao pormenor sabe bem disso. Agora, de repente aparece uma proposta
45 com o Acordo de Cooperação Técnica para a resolução do problema, que na sua opinião é um
46 avanço e uma esperança na qual concorda, mas está longe de ser a resolução do problema, até porque
47 a verbas só estão alocadas, através de uma resolução de Conselhos de Ministros de Fundos
48 Comunitários, que são manifestamente insuficientes para aquilo que se estima ser o custo da obra,
49 até porque não existe nenhum projeto feito, ainda assim é difícil estimar o custo da obra, mas

1 também não é difícil perceber que entre a verba de 2,5 milhões, que estará disponível em fundos
2 comunitários, e o custo da obra há uma diferença significativa.

3
4 Voltando ao processo, referiu que houve da parte do atual governo uma incúria e um longo silêncio
5 relativamente a este processo, porque de facto a partir de uma determinada altura, houve uma
6 tentativa da parte da Câmara Municipal em tentar aproximar posições, de tentar criar uma solução
7 para este problema e da parte do gabinete da senhora Ministra Alexandra Leitão houve silêncio
8 durante muito tempo e até algumas atitudes menos corretas para com a própria escola e com a
9 própria Diretora do Agrupamento. Ainda assim não desvalorizam nem desprezam esta iniciativa e
10 esta proposta dos senhores Vereadores do Partido Socialista, que não convém ser apresentado como
11 uma grande vitória, é uma vitória da cidade e é um passo para a resolução de um problema que ainda
12 está longe de o estar, mas de qualquer forma a Coligação Mudar Com Confiança, relativamente a
13 esta moção irão abster-se.

14
15 **O deputado Henrique Troncho** disse que não tinha nenhuma dúvida que os senhores deputados
16 do PSD sempre manifestaram preocupação com a escola, com o hospital e com muitos problemas
17 do concelho de Évora mas, infelizmente, quando tiveram no governo não resolveram nenhum e essa
18 é a realidade e até pararam alguns investimentos, como o caso do hospital que é nítido que avançou
19 o processo e depois parou quando o PSD foi governo e agora, felizmente, a obra está em andamento
20 e a construção do novo hospital será uma realidade num futuro próximo.

21 Em relação à questão de haver ou não verbas é um assunto que se verá posteriormente, mas de facto
22 se as decisões não forem tomadas e os avanços concretizados, seguramente nunca haverá verbas.

23 Ainda assim, não afirmou, nem o Partido Socialista afirma na moção, que isto é uma vitória do
24 Partido Socialista, aliás até está escrito e basta ler que é uma vitória da Escola Pública em Évora
25 dedicada a toda comunidade educativa da ESAG, tão martirizada por este processo e que felizmente
26 permite que não termine mais um ano sem esperança nem avanço.

27 Referiu que quem leu na moção uma declaração de mais uma vitória do Partido Socialista, é porque
28 se calhar tinha esta situação no subconsciente, mas na realidade não está no texto, e também não
29 entrarão numa luta de guerras com a CDU para dizer quem é responsável. Por outro lado, não dizem
30 que a responsabilidade é da Câmara, e não sentem necessidade disso, aliás, se a responsabilidade
31 fosse do Governo, como se diz, este não tinha avançado com a obra.

32 Na verdade, o que interessa é que um problema que tem martirizado a comunidade educativa, os
33 alunos, as famílias, os professores e todos os outros agentes da escola, está em vias de resolução por
34 um passo que foi dado em frente com vontade política por parte da Câmara Municipal e por parte
35 do Governo. Ainda assim, acha que a Assembleia Municipal não deve ter só a função de dizer mal,
36 pois no seu entender deve, também, incentivar e louvar aquilo que de bom se vai fazendo
37 independentemente das responsabilidades de quem tenha sido, e a moção vale por o que está escrito,
38 e não por aquilo que subjetivamente cada um queira inventar.

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
41 pedidos de uso de palavra, submeteu a moção a votação.

42 43 **Deliberação da Moção:**

44 **Aprovada por maioria**, com 27 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de
45 Évora, 1 do BE, 1 do CH, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 5 abstenções (da Coligação “Mudar Com
46 Confiança”), com 32 presenças verificadas.

47 48 **Declaração de voto da CDU:**

49 *“Primeiro gostaria de dizer que a CDU obviamente não brinca com estas questões e não brinca
50 com a educação de maneira alguma.*

1 Segunda questão, de alguma maneira também o senhor deputado José Santos já o disse, é que houve
 2 inúmeras reuniões por parte do executivo da Câmara Municipal relativamente a essa questão e
 3 houve um silêncio ruidoso sobre a resolução desta questão e, portanto, provavelmente nós
 4 poderemos até votar esta moção e para nós, o que está dito no penúltimo parágrafo é, fica
 5 demonstrado que tivesse havido efetivamente votado política do governo e dada à ESAG a devida
 6 prioridade, este problema já estava resolvido e eu penso que é isso que se infere desta moção”

7
 8 **Declaração de voto do Movimento Cuidar D’Évora;**

9 “Concordamos com o princípio da moção e é um bom princípio, mas não passa de um princípio,
 10 vamos ver se de facto se concretiza e elogiamos bancada do PS por ter feito esta moção, porque de
 11 facto é muito necessária esta intervenção para bem da comunidade escolar do nosso município”

12
 13 **Declaração de voto da coligação "Mudar Com Confiança":**

14 “Esta bancada não desvaloriza a iniciativa dos senhores vereadores do Partido Socialista em
 15 propor este Acordo, contudo não pode deixar de assinalar algumas questões que são omitidas no
 16 texto da moção, nomeadamente o facto de durante vários anos, já depois da Câmara Municipal ter
 17 finalmente manifestado o seu interesse em chegar ao diálogo com o Ministério da Educação, este
 18 nunca ter respondido aos pedidos de reunião da edilidade, cremos que através da vereadora de
 19 então, Sara Fernandes. De facto, o Governo do Partido Socialista não tem sido amigo deste
 20 investimento. Este desinteresse e omissão prejudicaram e, muito, a comunidade escolar da ESAG -
 21 Escola Secundária André Gouveia, cujo conselho diretivo tem vivido nos últimos anos momentos
 22 particularmente difíceis, sem ter contado com o apoio que se exigia, quer do Ministério da
 23 Educação, quer das estruturas desconcentradas deste no Alentejo.

24 Neste quadro é prematuro dizer-se que a obra de reabilitação a enquadrar no acordo de
 25 cooperação irá, de facto, avançar, quando existem variadíssimas dificuldades e incógnitas,
 26 nomeadamente a ausência de projeto de obra, de estimativas orçamentais fidedignas e atuais, para
 27 além da confirmação se as verbas comunitárias mencionadas serão, de facto, suficientes.

28 Deixemos os momentos de exaltação político-partidário e os votos de regozijo para o momento da
 29 assinatura do Acordo e início efetivo das obras.

30 Os eborenses vivem de soluções concretas e não de intenções.

31 É pelo atrás exposto, que não obstante nos revermos inteiramente no sentido da deliberação da
 32 Câmara Municipal de Évora, relativa à aprovação da proposta de Acordo de Cooperação Técnica
 33 entre a Câmara Municipal de Évora e o Ministério da Educação, iremos abster-nos na votação
 34 desta moção apresentada pelo Partido Socialista. Esta abstenção não traduz, como é óbvio, uma
 35 desaprovação da iniciativa, mas sim um voto contra o aproveitamento político, ainda por cima
 36 levado a cabo pelo mesmo partido que, no Governo, sempre foi uma força de bloqueio ao avanço
 37 do projeto de requalificação do antigo liceu da cidade.

38 Recordar ainda que o PSD acompanha este problema há muito tempo, pelo menos desde 2011 e
 39 que mais uma vez, em setembro passado, o colocou no topo das suas prioridades eleitorais.”

40
 41 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos com a apresentação do terceiro
 42 documento, uma Recomendação proveniente da bancada da CDU, intitulada:

43 **- Reforçar o serviço nacional de saúde.**

44 Solicitou ao eleito, José Figueira que procedesse à defesa da Recomendação.

45
 46 **O deputado José Figueira** procedeu à leitura da Recomendação à Assembleia a qual se transcreve:
 47 “A Assembleia Municipal de Évora, em particular desde o surgimento da "Pandemia SARS -COV-
 48 2" da doença da COVID-19, têm-se debruçado sobre a necessidade de reforço do Serviço Nacional
 49 de Saúde, trazendo à reflexão temas tão importantes quanto a construção do Hospital Público
 50 Central do Alentejo, a ausência de profissionais (médicos), na urgência "Pediátrica do HESE" elou

1 em face da "emergência de respostas à epidemia da COVID-19", a realização da audição sobre a
 2 "Saúde no Concelho de Évora" , onde foi possível identificar, de entre outros, um conjunto de
 3 insuficiências em torno da "...falta de consultas médicas e respostas de enfermagem, em zonas e
 4 freguesias rurais, do nosso Concelho, a falta de atenção sobre as outras doenças, com enorme
 5 impacto na morbidade e mortalidade; a falta de respostas na área da saúde mental dos cidadão,
 6 e a falta de qualidade do "habitat" da maioria das extensões de saúde.

7 O "Estatuto do Serviço Nacional de Saúde" que esteve recentemente em debate, confirma muitas
 8 das preocupações precedentes, estando, muitas delas, em contradição com a Lei Bases da Saúde:

- 9 - não garante a resposta necessária para reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde,
 10 público, geral, universal e gratuito; não trava o caminho de desmantelamento do SNS, que
 11 está em curso, mas contribui para o seu agravamento;
- 12 - não promove a valorização dos profissionais de saúde, nem impede a sua saída;
- 13 - não melhora a organização e a articulação de níveis de cuidados no SNS e acentua a
 14 prevalência de critérios de natureza economicista em detrimento de critérios clínicos;
 15 introduz elementos potenciadores de conflitos com a transferência de competências para as
 16 autarquias e prossegue uma opção de privatização do SNS. Esta situação é tanto ou mais
 17 grave, quando o número de portugueses sem médico de família aumentou, entre janeiro de
 18 2016 e setembro de 2021, de 750.763 para 1.018.794, ou seja, em mais 268.031.

19 Igualmente, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), até ao presente momento, limitou-se, a
 20 publicitar maioritariamente avisos para a chamada "transição digital da saúde", não havendo, até
 21 hoje, qualquer iniciativa nas áreas dos "Cuidados Primários de saúde", na "Rede Nacional de
 22 Cuidados Continuados Integrados" e "Na Rede de Cuidados Paliativos", onde se estimavam apoios
 23 no valor de 800 milhões de C.

24 E neste quadro, que processo de vacinação iniciado há meses, que tem abrangido milhões de
 25 portugueses, sendo uma das medidas, a par de outras, de todo necessárias (pois tem contribuído
 26 para os baixos níveis de internamento em enfermaria e em UCI e a diminuição das taxas de
 27 mortalidade), não esconde as carências com que o SNS se debate, agravados com o crescimento
 28 exponencial da "epidemia da doença da COVID-19", com o surgimento da variante OMICRON,
 29 resultando, mais uma vez, no deslío de meios humanos (enfermeiros em particular, e técnicos), dos
 30 Centros de Saúde e Postos Médicos para dar resposta ao processo de intensificação da vacinação,
 31 continuando os hospitais do SNS sem os recursos humanos (médicos, enfermeiros, assistentes
 32 operacionais e técnicos), e os investimentos necessários, ainda que inscritos no OE2021, continuam
 33 por concretizar.

34 **Em face do exposto, a Assembleia Municipal de Évora, reunida a 28 de dezembro de 2021,**
 35 **entende, de entre outras medidas, ser necessário:**

- 36 - Concretizar no imediato as infraestruturas já decididas e programar o conjunto de outras,
 37 inclusive obras de reabilitação e requalificação do parque de instalações do SNS. Devendo
 38 ser dada efetiva execução à construção do Hospital Central do Alentejo em Évora, para que
 39 o calendário seja cumprido e o financiamento assegurado;
- 40 - Assegurar a reabilitação, para melhor "habitabilidade", dos Postos Médicos e Extensões de
 41 Saúde nas zonas e freguesias rurais do Concelho de Évora;
- 42 - Fixar e aumentar o número de profissionais de saúde no SNS para garantir mais consultas,
 43 exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos: Devendo-se assegurar
 44 respostas às insuficiências verificadas no Concelho de Évora, no HESE, nos Centros de
 45 Saúde, Postos Médicos em Freguesias Rurais;
- 46 - Para isso há que garantir incentivos que tornem atrativa a opção, de médicos e enfermeiros,
 47 pela fixação em zonas carenciadas;
- 48 - Estabelecer o direito dos estabelecimentos e unidades do SNS à autonomia para a
 49 contratação de profissionais de saúde, no quadro da gestão dos seus orçamentos e planos de
 50 atividade;

1 - *Acelerar a compra de equipamentos, em particular de meios auxiliares de diagnóstico e*
 2 *terapêutica, diminuindo a dependência e aumentando a capacidade de resposta do SNS.”*
 3

4 **O deputado José Santos** referiu que o Partido Comunista Português descobriu que seis orçamentos
 5 depois, o Serviço Nacional de Saúde está à beira do colapso, e é sempre bom perceber que existe
 6 lucidez na política, mas de facto o Serviço Nacional de Saúde está a beira do colapso graças às
 7 sucessivas políticas e aos sucessivos orçamentos aprovados, que como é sabido, grande parte deles
 8 não executados, naquilo que eram as verbas iniciais que foram aprovadas e isso é uma
 9 responsabilidade do Partido Socialista, do PCP e do Bloco de Esquerda. Aliás esta moção deveria
 10 ter estado nas secretárias do parlamento nestes últimos anos, onde talvez o líder parlamentar do PCP
 11 tivesse algumas dúvidas e não tivesse aprovado alguns orçamentos. No ponto de vista do partido
 12 este tipo de recomendação, é uma recomendação de âmbito política nacional e sinceramente não
 13 lhes parece que faça muito sentido vir a este plenário.
 14

15 **A deputada Paula de Deus** disse que reforçar o Serviço Nacional de Saúde é um tema que o Partido
 16 Socialista sustentará sempre, e em relação a esta situação não restam dúvidas, todavia o
 17 ordenamento das ideias nesta moção não pode merecer o apoio desta bancada, por desde logo
 18 misturar questões muito relevantes de forma imprecisa.

19 Referiu que leu a moção, mas tanto ela como os seus camaradas de bancada, não podem subescrever
 20 o texto, porque está feito de uma forma imprecisa e atabalhoada, pois mistura questões que são
 21 fundamentais de uma forma confusa, dando o exemplo do processo de vacinação que foi iniciado à
 22 meses e tem abrangido milhões de portugueses, sendo uma medida a par de outras, mas todas
 23 necessárias e efetivamente a vacinação tem demonstrado ao mundo, que o Serviço Nacional de
 24 Saúde em Portugal tem uma capacidade de resposta fantástica, e homenagem seja feita ao que neles
 25 trabalham como enfermeiros, médicos e auxiliares. Aproveita desde já para terminar o ano de 2021
 26 com o voto de louvor em nome da bancada, a estes profissionais e com todo o orgulho no Serviço
 27 Nacional de Saúde de forma perfeitamente voluntariosa, profissional, comprometida, empenhada e
 28 não faltarão certamente palavras para qualificar o esforço que os profissionais de saúde têm feito e
 29 que também o Ministério tem feito para combater esta pandemia.

30 Referiu, em relação à vacinação, que Portugal deve ter orgulho nisso, não é um dia dizer que existe
 31 uma pessoa que combatendo com aqueles que fazem parte do exército da saúde, conseguiu que
 32 todos os portugueses fossem vacinados em tempo útil, estando a falar de mais de 80%, e o que a
 33 nível internacional é dado como boa prática, depois a seguir falam de questões como as carências,
 34 e é por isso que o Partido Socialista se debate.

35 Com o Partido Socialista foi implementado e será sempre defendido, e estarão sempre ao lado de
 36 todas as moções que tenham como título reforçar o Serviço Nacional de Saúde, mas não com este
 37 conteúdo. Já referiu dois exemplos de questões que são imprecisas e vai terminar com um outro que
 38 também poderia ter sido melhor esclarecido, que é a construção do Hospital. A CDU vem tarde, não
 39 precisa de recomendar que ele se construa, que como se diz no Alentejo “está-se construindo”,
 40 embora não exista todo o dinheiro para a obra, tem que se ir reprogramando. Claro que se está num
 41 tempo perfeitamente inusitado, que coloca novos desafios, mas está a ser feito e, portanto, não é
 42 necessário recomendações da CDU para que o Hospital Central do Alentejo seja realizado, aliás,
 43 deixam como recomendação que a partir de 15 de janeiro, a CDU aproveite o texto desta moção
 44 para fazer aquilo que será a sua campanha, mas esta não é a sede própria e não nestes termos.
 45

46 **O deputado Henrique Troncho** referiu que estava à espera que nesta Assembleia Municipal
 47 houvesse uma moção de apoio à forma como o Serviço Nacional de Saúde respondeu à situação
 48 gravíssima que atravessam. Estava à espera que os profissionais de saúde fossem louvados, estava
 49 à espera de tudo menos de uma moção a deitar abaixo o Serviço Nacional de Saúde, muito bem
 50 aproveitada pelo PSD e, portanto, a resposta do PSD foi a resposta que tem dado ao longo dos

1 tempos, quando convidou os enfermeiros a emigrarem, quando parou as obras do Hospital de Évora,
2 quando aproveita tudo e mais alguma coisa para criticar, quando de facto existem mais enfermeiros,
3 existem mais médicos e existe mais pessoal de saúde, e todos os Portugueses deram uma resposta
4 fantástica à pandemia que assolou a todos.

5 Agora vir para a Assembleia Municipal fazer demagogia barata, numa situação que deveria ser
6 louvada, a seu ver é uma forma que não faz grande sentido, ainda assim não tem dúvida nenhuma
7 que a CDU está com o Serviço Nacional de Saúde, e não tem dúvidas que existe um conjunto de
8 ideias bastante positivas, mas não se pode aceitar que se aprove uma moção deste tipo onde se
9 confundem as coisas. Chega ao cúmulo quase de insinuar que a força política que mais tem feito
10 para que o Hospital Central do Alentejo se faça, a força política que o iniciou e que o continuou
11 com o apoio da CDU em muitas situações, e na Assembleia da República seguramente, aparece
12 como se tudo isto fosse negativo, como se não houvesse pandemia, como senão houvesse a resposta
13 que houve, como se não existisse um acréscimo do Serviço Nacional de Saúde, enfim é uma situação
14 lamentável e, portanto, o Partido Socialista não poderá apoiar esta recomendação.

15
16 **A deputada Paula de Deus** salientou que é esse o sentido de voto da bancada do Partido Socialista.

17
18 **O deputado João Sousa** referiu que o conteúdo desta recomendação tem de facto muitas verdades,
19 mas parece-lhe inoportuno enviar uma recomendação destas para um governo demissionário, que é
20 o mesmo que mandá-la para um cesto sem fundo. As carências são evidentes e todos sabem quais
21 são, mas de facto neste momento não é oportuno uma recomendação destas ser enviada ao governo,
22 de qualquer modo sabem que o Hospital Central do Alentejo está previsto desde 2006, portanto há
23 15 anos que andam atrás do hospital, e as condições e as promessas que têm neste momento, e como
24 disse à pouco, são um princípio e nada está concretizado, portanto não é oportuno uma
25 recomendação destas e desse modo a bancada do Movimento Cuidar D'Évora não irá apoiá-la.

26
27 **O deputado Luís Roma** disse quem chegasse a Portugal e viesse ao Teatro Garcia de Resende a
28 esta sessão, ficaria a pensar que estão num país completamente diferente, porque estão a discutir
29 temas de âmbito Nacional, ao invés de tratar de problemas relacionados com o município, o qual é
30 compreensível, porque já começou a campanha pré-eleitoral, senão não se verificava este alijar de
31 responsabilidade de uns para os outros.

32 Em relação ao Serviço Nacional de Saúde veio acima as suas grandes deficiências com a pandemia
33 que se atravessa, à qual houve uma resposta excecional no que diz respeito a vacinação, que não foi
34 o Serviço Nacional de Saúde, mas graças ao senhor Vice-Almirante e Chefe de Estado Maior da
35 Armada o qual resolveu o problema, contudo isso atirou a que o Serviço Nacional de Saúde não
36 respondesse às necessidades do povo português, porque todos sabem que o médico de família para
37 muitas dezenas, ou centenas de eborenses é um facto irreal. Sabem também a dificuldade em obter
38 uma consulta hoje, é ir para uma fila enorme, sabem que os exames que eram para ser feitos e que
39 não se fizeram, sabem que chegaram a adiar cirurgias oncológicas, de cardiologia, por mais de um
40 ano e, portanto, este é efetivamente o Serviço Nacional de Saúde que os portugueses sentem, mas
41 que alijam responsabilidade de uns para outros, criando situações como estas, a qual não está de
42 acordo e que caem em saco roto. Não é que a recomendação do deputado Francisco Figueira, não
43 tenha elencado todas as deficiências que o Serviço Nacional de Saúde apresenta, e que não tem a
44 mínima dúvida de que é necessário melhorar, mas para melhorar não só à conta dos profissionais de
45 saúde que o aguentam. Ficou surpreso porque depois de terem aprovado 6 orçamentos, o Partido
46 Socialista, a CDU e o Bloco de Esquerda só agora chegaram à conclusão que faltava investimento
47 para fazer face à força humana, que foi quem resistiu até hoje a este Serviço Nacional de Saúde que
48 foi esquecido pelos políticos em Portugal.

49

1 **O deputado Joaquim Faria** pretendia referir e como já foi dito nesta Assembleia que efetivamente
 2 não faz sentido discutir um assunto que ainda vai no princípio, e ainda falta muita coisa para ser
 3 resolvido. Na sua opinião julga que estão a perder o precioso tempo para resolver problemas que
 4 fazem mais falta aos munícipes, o qual poderiam passar à frente e deixar este assunto para mais
 5 tarde debater, porque a campanha eleitoral não serve para tudo e existe responsabilidades a ser
 6 tomadas e que são muito mais importantes para os munícipes.

7
 8 **O deputado Bruno Martins** disse que quem conhece o Bloco de Esquerda e a sua postura na
 9 Assembleia Municipal, sabe que na altura de campanhas nacionais não abordam esse tema e não
 10 utilizam o órgão Assembleia Municipal para fazer campanha eleitoral, apesar de acharem que na
 11 Assembleia Municipal se devem discutir assuntos nacionais que tenham relevância para a vida no
 12 concelho.

13 Porque o Bloco de Esquerda foi citado, pretendia esclarecer alguns pormenores, um deles é de que
 14 o Bloco de Esquerda tem muito orgulho da geringonça apesar de todas as debilidades e fragilidades.
 15 Recordou que em 2014 havia 1,5 milhões de pessoas sem médico de família e a transferências para
 16 o Serviço Nacional de Saúde era na ordem dos 8 mil milhões e no tempo da geringonça aumentaram
 17 para 10 mil milhões. Infelizmente depois da geringonça voltaram a cair, mas tem a certeza que no
 18 estado atual do Serviço Nacional de Saúde e as suas necessidades, a situação é pública e as pessoas
 19 sabem avaliar com certeza.

20
 21 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
 22 pedidos de intervenção, nem havendo pedidos de uso de palavra, submeteu a presente Moção a
 23 votação.

24 25 **Deliberação da Recomendação:**

26 **Reprovada por maioria**, com 19 votos contra (13 do PS, 5 do PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM e 1
 27 do CH), 9 votos a favor (7 da CDU, 1 do BE e 1 do MMPI) e 4 abstenções (3 do MCE, 1 do
 28 MICAZA), com 32 presenças verificadas.

29 30 **Declaração de Voto a Deputada Clara Grácio:**

31 *“A saúde e o Serviço Nacional de Saúde é um tema nacional, regional e local só quem tem memória*
 32 *curta é que pode inferir o município e discutir o Serviço Nacional de Saúde, na altura em que nós*
 33 *estamos com os aumentos de casos COVID, é um tema nacional e não um tema local e só quem tem*
 34 *memória curta pode-se esquecer do que foi a interferência do município na altura da pandemia.*

35 *O nosso atual governo, não é um governo demissionário, o nosso governo está em funções.*

36 *Terceira questão exatamente esta recomendação é de todo oportuna uma vez que não chega de*
 37 *louvar os profissionais de saúde, não chega bater palmas aos profissionais de saúde, é preciso dar-*
 38 *lhes condições, não fazer como tem sido feito, que abranda um pouco a pandemia, imediatamente*
 39 *enfermeiros são despedidos dos hospitais. É preciso dar condições a esses profissionais de saúde,*
 40 *e condições significa que as suas carreiras, a sua condição, por exemplo, de exclusividade seja*
 41 *feita, seja obtida e seja implementada.*

42 *Ter condições significa ter meios de diagnóstico, um doente não ter que ir de um hospital para*
 43 *outro para fazer uma TAC, isso sim significa dar condições ao Serviço Nacional de Saúde, e como*
 44 *eu disse o governo atual não está demissionário, existem obviamente milhões a serem discutidos e*
 45 *o Serviço Nacional de Saúde e a saúde dos portugueses é sempre um tema pertinente e não é nem*
 46 *pode ser nunca tema de propaganda eleitoral, é um tema que nos toca a todos, dizer algo como foi*
 47 *dito parece-me até totalmente cruel”.*

48
 49 Noutro contexto, **o deputado Bruno Martins** fez uma recomendação à mesa no âmbito do PAOD
 50 referindo o seguinte:

1 “No último mandato chegou-se a um consenso entre as diferentes forças políticas, no sentido das
2 Moções e Recomendações serem enviadas com algumas horas de antecedência, preferencialmente
3 24 horas, para que fossem colocadas na pasta de gestão documental. Isso facilitaria os nossos
4 trabalhos e não aconteceria o que aconteceu hoje com o PSD, que teve que formular uma declaração
5 de voto à pressa e tivemos parados à espera.

6 Considera que era um bom princípio que todas as forças políticas e os movimentos de cidadãos
7 presentes, enviassem as recomendações e moções com antecedência, para que todos tivessem acesso
8 o mais rápido possível à documentação.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos com a apresentação do quarto
11 documento, uma recomendação proveniente da bancada da coligação “Mudar Com Confiança”.
12 Solicitou ao eleito, José Santos que procedesse à defesa da recomendação.

13
14 **O deputado José Santos** procedeu à leitura da recomendação à Assembleia a qual se transcreve e
15 que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante:

16 *“A Coligação "Mudar com Confiança" propôs na campanha eleitoral a realização regular das*
17 *sessões da Assembleia Municipal nas freguesias rurais do concelho. Esta medida de*
18 *descentralização, para além do seu carácter simbólico, pretende dar maior centralidade à*
19 *realidade local das nossas freguesias rurais e chamar a atenção de modo particular para as*
20 *dificuldades e problemas que as assolam.*

21 *Honrando esse compromisso, recomenda-se à Mesa e ao Senhor Presidente que a segunda*
22 *reunião do ano de 2022 da Assembleia Municipal, a qual se prevê possa já decorrer na fase baixa*
23 *da atual vaga da pandemia da doença COVID-19, se realize numa das freguesias rurais, ficando*
24 *a sua escolha ao critério da Mesa.”*

25 26 **Deliberação da Recomendação:**

27 **Aprovada por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

28 29 30 **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

31 32 **PONTO III**

33 **1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CME ACERCA DA ATIVIDADE DO** 34 **MUNICÍPIO, BEM COMO A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.**

35
36 **O Presidente da Câmara** referiu que foi distribuído a todos os membros da Assembleia, a
37 informação que está referido neste ponto, pelo que se limitará a acrescentar algumas questões que
38 por ventura não foram referidas. A primeira relativamente à situação da pandemia, para dizer que
39 tem vindo a evoluir crescentemente no concelho, neste momento há 5.777 casos dos quais 4.876
40 recuperados e 128 ativos. A vacinação está a um nível superior à média nacional, o que é positivo,
41 e espera-se que nas próximas semanas a pandemia continue a agravar-se no concelho, apesar de não
42 haver situações graves a registar e uma pressão, significativa, sobre o Hospital do Espírito Santo.
43 De qualquer modo, há necessidade de continuar a precaver, mas naturalmente não se compara esta
44 vaga da pandemia com a de há 1 ano atrás. Neste seguimento, saudou todos aqueles que têm estado
45 no combate à pandemia.

46 Referiu que desde o início do mandato se realizaram alguns eventos importantes em Évora,
47 nomeadamente, o Congresso dos Agentes de Viagem da Irlanda; o Congresso Nacional de
48 Bioquímica; a inauguração da Sede da Secção Regional Ordem dos Arquitetos; o 10º Encontro
49 Empresarial Luso-Andaluz e o Évora Teatro Fest, organizado pela A Bruxa Teatro, destacou que
50 todos estes eventos decorreram durante o mês de outubro. Estão a decorrer investimentos

1 significativos na área turística, destaca apenas o grupo HILTON que está a construir 2 novas
2 unidades hoteleiras em Évora, a primeira já se iniciou e a segunda está para começar, um
3 investimento global de 38 milhões de euros que criarão cerca de 150 postos de trabalho. Referiu
4 ainda a realização do 3º encontro de cuidadores informais, a Meia Maratona de Évora, o
5 encerramento das comemorações dos 100 anos da Escola Gabriel Pereira, a comemoração do dia
6 internacional da cidade educadora projeto missão Ciência e Arte que junta a Universidade de Évora
7 e o Município. Deixou uma nota relativamente ao Hospital Central do Alentejo para transmitir que
8 continuam a decorrer os contactos entre a Câmara e ARS que foi mandatada pelo Governo para
9 identificar o que ainda não foi feito no financiamento para as infraestruturas do hospital, esse
10 trabalho está a ser desenvolvido, espera que os valores sejam identificados o mais breve possível,
11 sendo que a partir dos mesmos será assinado um protocolo entre o Município e o Governo para que
12 as obras das infraestruturas possam ser assumidas pelo Município, como foi manifestada a vontade
13 do Governo nessa opção.

14
15 **O deputado José Santos** saudou a qualidade do documento, quer na parte descritiva das atividades
16 quer na parte financeira, refere que o documento está muito completo. Colocou algumas questões
17 ao Senhor Presidente da Câmara, sendo a primeira questão, qual é o acompanhamento que a Câmara
18 Municipal está a fazer em relação ao projeto da construção do Hospital, e se tem conhecimento, ou
19 se essa informação é lhe dada pela ARS, sobre qual é neste momento o montante de trabalhos
20 faturados em autos de medição pela adjudicatária da obra de construção do hospital. A segunda
21 questão, é relativamente à referência de uma candidatura ao PRR da área de acolhimento
22 empresarial de nova geração, parece uma incitava muito meritória. Saber se já há conhecimento
23 sobre essa candidatura pois o Deputado não sabe se é liderada pela Câmara ou pela CIMAC, se essa
24 passou à segunda fase, portanto houve um primeiro processo aberto e competitivo e em seguida
25 haverá uma segunda fase, agora não sabe em que fase está a candidatura. Em relação à terceira
26 questão, é mencionado a existência de um protocolo entre a Câmara Municipal e as infraestruturas
27 de Portugal, relativamente à viabilidade da construção de um terminal de mercadorias e no âmbito
28 da construção do corredor internacional Sul, Sines Évora, Caia, questiona se os membros da
29 Assembleia Municipal podem ter acesso a esse protocolo e em seguida, qual é neste momento o
30 ponto de situação relativamente a essa expectativa da criação desse terminal ferroviário de
31 mercadorias na cidade.

32
33 **O deputado Rodolfo Pereira** colocou duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, a primeira
34 para saber o ponto de situação sobre a candidatura de Évora a Cidade Europeia da Cultura em 2027.
35 A segunda, como Presidente da União de Freguesias de São Sebastião da Giesteira e Nossa Senhora
36 da Boa Fé e no âmbito desta candidatura e deste projeto, qual é a estratégia definida para o
37 envolvimento e participação das Juntas e Uniões de Freguesia, sendo isto um processo tão
38 importante para a cidade, para o concelho e para a região.

39
40 **O deputado Luís Pardal** começou por falar das obras de construção do troço Évora – Norte da
41 linha ferroviária que estão a ter impactos diretos na comunidade e o Município não pode refugiar-
42 se das suas responsabilidades, nomeadamente, no que toca às infraestruturas viárias adjacentes. Há
43 uma situação preocupante no Bairro da Caeira, Santa Luzia e Quinta do Esquinaleiro, em que os
44 moradores foram surpreendidos pela falta de comunicação por parte do Município com o corte
45 repentino de acesso à Estrada dos Aliados e à Quinta da Caeira, estes moradores estão a utilizar
46 diariamente um caminho sem qualquer tipo de condições e colocou a questão, se o Município vai
47 ou não assumir a responsabilidade sobre este acesso e iniciar um processo para colocar este caminho
48 no cadastro municipal. Esta situação não depende das infraestruturas de Portugal, mas sim do
49 Município.

1 Existem outras situações no passado, como é o caso de S. Miguel Machede em que houve uma falta
2 de capacidade por parte da Câmara para afirmar as suas responsabilidades. Na Garraia, outra zona
3 que está a ser afetada, em que existem compromissos por parte do Município com os moradores, e
4 não confundir as responsabilidades das Infraestruturas de Portugal com as da Câmara Municipal de
5 Évora.

6
7 **A deputada Paula Deus** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o envio, no passado dia 22 de
8 dezembro, do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Évora, disse que apreciou o documento
9 cuidadosamente, porque é muito relevante para o concelho, no seu entender parece ter uma ampla
10 análise de questões fundamentais, todavia, apreciaria ver inscrito a par da Cidade Caminhável, da
11 Cidade Ciclável, a Cidade das Acessibilidades.

12 O que não é nomeado não existe e não impede o Plano ter em consideração essa questão, é muito
13 importante que ela exista por direito próprio porque sabe-se que a cidade de Évora é,
14 particularmente, por mais que seja uma cidade caminhável, uma cidade ciclável, uma cidade
15 promoção de transportes públicos, a verdade é que há pessoas com mobilidade reduzida que
16 precisam de facto de uma aprovação própria e que ela deve estar devidamente visível num plano
17 como este, pela importância que tem.

18 Questionou o Senhor Presidente da Câmara se há alguma razão para que não conste desde logo um
19 capítulo próprio para esta questão e que seja imediatamente visível para todos os cidadãos. Uma
20 preocupação certamente que o município tem, mas que ainda não tem estatuto próprio, portanto
21 convém trabalhar nisso.

22 Relativamente ao Plano de Mobilidade deixou à consideração do Senhor Presidente a possibilidade
23 de se realizar uma sessão para os membros da Assembleia Municipal precisamente pela relevância
24 que o documento tem, possui conhecimento que no dia 15 houve uma sessão na qual todos os
25 membros foram convidados, mas pela importância que este órgão tem, propõe que seja realizada
26 uma sessão específica para análise deste tema, apreciaria que esta proposta fosse considerada pelo
27 senhor Presidente.

28
29 **O deputado José Figueira** deixou uma congratulação ao senhor Presidente da Câmara pela
30 informação concedida no relatório enviado a Assembleia Municipal. Colocou algumas questões e
31 considerou extremamente positivas, sendo que mereceu o destaque de realidades das situações que
32 estão identificadas no fim do relatório de informação. No que toca à evolução da doença da Covid-
33 19, questionou se os valores que estão identificados no fundo emergência municipal de 1 milhão e
34 200 mil euros, se a perspetiva que possuem implica a necessidade de reforçar, ou não, este fundo de
35 emergência municipal. Por outro lado, iniciou-se formalmente o Plano Pormenor de Salvaguarda do
36 Centro Histórico, questionando quais são as próximas etapas de desenvolvimento deste plano e qual
37 é a perspetiva do envolvimento dos cidadãos e órgãos dos municípios, em particular da Assembleia
38 Municipal. Também gostava de saber, porque o senhor Presidente não referiu, sobre as questões
39 financeiras, nomeadamente, no que toca à execução do orçamento, quais é que são os indicadores
40 da realização do mesmo, quer das receitas quer das despesas, o mesmo em relação ao excesso da
41 dívida, e qual é a evolução e o prazo médio de pagamentos que começou em 2019.

42 O facto de a Câmara ter sido obrigada a restituir o valor significativo à Autoridade Tributária
43 referente ao IMT das entidades relacionadas com fundos imobiliários, qual tem sido a evolução do
44 prazo médio de pagamentos aos fornecedores.

45 Por fim, o Senhor Presidente mencionou, mas apreciaríamos manifestar uma menção de regozijo
46 pela realização da Meia Maratona de Évora no passado dia 28 de novembro, sobre a
47 responsabilidade exclusiva do Município onde participaram nas diferentes provas mais de 1,700
48 atletas.

1 **O deputado Francisco Brito** solicitou ao senhor Presidente da Câmara para que as plantas que
2 constam no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável possam ser fornecidas em anexo ao plano já
3 enviado, no sentido de analisarem as propostas.

4
5 **O deputado Luís Roma** agradeceu ao senhor Presidente da Câmara o documento que lhe enviou,
6 realçou o detalhe, a clareza e a qualidade do mesmo. Ao analisar o documento, no seu todo,
7 congratulou a preocupação que tem existido com o controlo e redução da dívida, no entanto, no que
8 diz respeito à execução orçamental deste ano e referente à receita, que é relativamente boa até agora,
9 na sua opinião, existe uma única rúbrica em que essa execução é diferente de todas as outras e tem
10 a ver com as transferências dos cofinanciamentos. A sua pergunta era se isto estava previsto na
11 ordem dos 9 milhões e 300 mil euros que, dos quais estão executados 2 milhões e 600 mil, se esta
12 diferença tem a ver com projetos que estavam previstos e que não foram apresentados, se tem a ver
13 com a falta de execução dos mesmos ou se tem a ver única e exclusivamente com a criação artificial
14 de receita no orçamento.

15
16 **O deputado Joaquim Faria** questionou o Senhor Presidente sobre quais os motivos que levaram
17 um orçamento de 62 milhões de euros, aprovado no final do ano passado, a aumentar para 65
18 milhões, atualmente.

19
20 **O Presidente da Câmara** começou por dizer que em relação ao Hospital não tem informação do
21 montante faturado, a obra é do Ministério da Saúde.

22
23 Em relação às áreas de acolhimento empresarial, disse que estão a decorrer os procedimentos de
24 concurso, embora este especificamente não o conheça, mas noutra oportunidade poderá dar essa
25 informação.

26
27 No que toca ao protocolo com as Estradas de Portugal para o Terminal de Mercadorias, disse que
28 naturalmente podem ter acesso ao documento. De momento, as Infraestruturas de Portugal (IP) estão
29 a desenvolver exatamente o estudo que resultou desse protocolo.

30
31 Relativamente à Capital da Europeia Cultura, esclareceu que já foi entregue a candidatura e prevê-
32 se que nos finais de fevereiro/março haja uma primeira reunião com o júri, a partir daí haverá
33 definições relativamente às cidades que podem passar a uma shortlist, a partir da qual será escolhida
34 a cidade. Nesta fase a candidatura incluem um livro chamado *Bid Book* onde se refere as orientações
35 estratégicas dos programas concretos, uma dessas orientações é exatamente a participação das várias
36 instituições, entre os quais o poder local, não apenas de Évora, mas de todo o Alentejo, portanto, a
37 candidatura pretende abranger todo o Alentejo com particular relevo para o Alentejo Central.

38
39 No que diz respeito à linha ferroviária, informou que já houve uma reunião com os moradores da
40 Caeira, de facto existe uma responsabilidade da IP, estão a tentar resolver os problemas que foram
41 identificados e que os moradores têm naturalmente razão, estes não foram devidamente acautelados
42 pela IP.

43
44 Relativamente ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável referiu que neste momento existe um
45 relatório preliminar, ou seja, estão a elaborar o Plano de Mobilidade, ele ainda não está concluído
46 e, portanto, todos os contributos para melhorar o Plano são bem-vindos, logo, apela que os Membros
47 da Assembleia Municipal possam dar esse contributo. Aliás foi aberto um período de discussão
48 pública, para que os municípios e outras instituições pudessem dar os seus contributos, portanto nesta
49 fase aquilo que é fundamental é que essas participações cheguem, que as críticas, as sugestões, as
50 propostas e as ideias possam surgir.

1 No seu entender, parece-lhe pouco temporâneo estar a pensar numa sessão formal da Assembleia
2 Municipal para discutir o plano que ainda está nesta fase, podem fazer todas as reuniões, como aliás
3 foram feitas agora recentemente para recolher estes dados de uma forma informal, mas naturalmente
4 a Assembleia decidirá o que entender.

5
6 Quanto à COVID-19, aludiu que de facto os valores aumentaram de forma significativa, o início de
7 ano foi completamente infeliz, só em investimento para combater a doença, o Município despendeu
8 mais de 1 milhão e 200 mil euros e ainda subirá até ao final do ano e não esperam que suba muito
9 mais neste momento, mas de facto tiveram de mobilizar valores para reforçar o Fundo de
10 Emergência Municipal que está a responder a esta situação.

11
12 No que toca ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, referiu que estão num processo inicial,
13 referiu que está contratada uma equipa. Vai haver uma exposição aos Membros da Assembleia
14 Municipal e também a possibilidade de os Municípios e outras instituições poderem participar e dar
15 os seus contributos.

16
17 Em relação à execução do orçamento municipal, disse que era muito imprevisível no início do ano
18 face a toda situação pandémica, mas têm estado a aproximar-se em termos percentuais daquilo que
19 é a sua execução.

20 Outra situação são os conteúdos que nalguns casos tiveram de ser alterados do orçamento municipal,
21 o prazo de médio de pagamento subiu devido à questão de devolução do IMT, visto que, foram
22 obrigados há uns anos atrás por causa do erro que a Assembleia da República cometeu, quem
23 desconhece esta questão o Senhor Presidente poderá depois esclarecer se alguém pretender. Estão
24 agora a procurar recuperar esse prazo médio de pagamento, ele está situado neste momento abaixo
25 dos 90 dias e, portanto, esperam chegar ao final do ano com um valor mais favorável.

26
27 Em relação às plantas do Plano de Mobilidade têm o problema de ou são fornecidas em dimensões
28 significativas ou dificilmente o computador pode ler um PDF normal neste tipo de plantas, mas irão
29 encontrar uma solução para resolver esta questão.

30 Em relação ao controlo da dívida ela já é aceitável, ainda há uma parte do orçamento que tem uma
31 contradição que é a seguinte, a lei obriga a que cabimentem toda a despesa, incluindo a dívida que
32 o município tem, mesmo que não haja receita suficiente para a cobrir, portanto há sempre ainda uma
33 parte do orçamento que ainda é virtual, logo ainda têm isso, recordou que chegaram a ter em 2013,
34 um orçamento de 110 milhões de euros, quando a receita do município andava na ordem dos 40
35 milhões de euros, estão a aproximar-se do orçamento real mas ainda não chegaram ao objetivo, o
36 aumento do orçamento municipal deveu-se à integração do saldo orçamental vindo de 2020.

37
38 Não havendo pedidos de intervenção sobre a matéria o **Presidente da Assembleia**, concluiu que foi
39 tomado conhecimento.

40 41 **2 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) 2022**

42
43 **O Presidente da Câmara** começou por dizer que o conjunto de pontos que se seguem, têm a ver
44 com as receitas do município. Como é sabido até ao final de 2019 estiveram sujeitos ao Programa
45 de Apoio à Economia Local (PAEL) na qual estavam obrigados a ter as taxas máximas dos impostos,
46 tarifas e preços e, portanto, não era possível fazer essa alteração para reduzir os impostos. A partir
47 de 2019 com o pagamento do PAEL, iniciaram a redução do IMI como tinha sido discutido e
48 procuram neste mandato consensualizar os assuntos referentes a estes impostos.

49 Assim, relativamente ao IMI disse que foi possível chegar a um acordo, exceto com os Vereadores
50 do PSD, o que significa que vão continuar com a trajetória da descida do IMI com algum cuidado

1 para ver como evolui a situação económica e financeira da Câmara, com o objetivo de chegarem ao
2 final do mandato com o IMI na ordem dos 0,35%, o que naturalmente se traduziria numa redução
3 bastante notória. Também foram incluídas algumas propostas, nomeadamente, umas majorações,
4 minorações e benefícios para algumas famílias, tal como está descrito no documento.

5
6 **O deputado José Santos** referiu que os deputados da Coligação Mudar Com Confiança, na
7 Assembleia Municipal irão seguir o sentido de voto dos Vereadores da Câmara Municipal, porque
8 de facto entendem que as famílias portuguesas vivem num autêntico aperto fiscal, sem contrapartida
9 daquilo que são serviços públicos. O caso da habitação é um caso paradigmático, precisa de mais
10 casas no mercado, precisa de uma aprovação mais célere de licenças e precisa de estímulo fiscal que
11 na sua opinião podia ter ido um pouco mais longe, e de facto o seu entendimento é que a redução
12 devia de ter sido 0,02%, ou seja, passar o IMI dos prédios urbanos de 0,43% para 0,41% e o que
13 aconteceu é que ficou nos 0,42% e não é o que lhes parece mais adequado mas é melhor que nada.
14 Quanto ao restante, chegaram ao final do mandato com o IMI para os prédios urbanos a 0,35% e
15 propuseram também medidas relativamente a majorações. Portanto o sentido voto será de não
16 aprovar a proposta, visto que, entendem que a redução devia ter sido superior.
17 Solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto.

18
19 **O deputado Rodolfo Pereira** referiu que relativamente a este ponto gostaria de congratular o
20 trabalho e o contributo dos Vereadores do PS no documento apresentado. É sempre de louvar o
21 alívio da carga fiscal para as famílias, principalmente, no momento em que atualmente vivem, e
22 agravado por uma pandemia que teima em resistir.

23 O grupo de deputados municipais do Partido Socialista sugeriu alterações ao documento que foi
24 apresentando, nomeadamente, no ponto 3 seja incluído também os prédios urbanos em ruínas, pois
25 não faz sentido que sejam majorados os prédios urbanos degradados e não se inclua os prédios
26 urbanos em ruínas. O ponto 4 deverá estar tipificado no documento, a distinção entre o número de
27 dependentes pois, no seu entender, parece socialmente correto uma família com 1 dependente a
28 cargo ter a mesma redução no IMI que uma família com 3 ou mais dependentes a cargo, assim, e
29 conforme foi a proposta dos vereadores do PS, sugerem que seja incluída a redução conforme o
30 número de dependentes a cargo, que seria na proporção de 1 dependente, a redução fixa será de 20
31 euros, com 2 dependentes a cargo a redução será de 40 euros e 3 ou mais dependentes a redução
32 será de 70 euros, respetivamente, estas são as propostas do grupo de deputados municipais do
33 Partido Socialista.

34
35 **O Presidente da Câmara** disse que esta proposta foi consensualizada, mas, naturalmente, a
36 Assembleia pode rejeitá-la, no entanto não pode introduzir alterações significativas. Se estes valores
37 não forem comunicados até ao final do ano, não têm a aplicação do IMI nestas condições.

38 Relativamente à última intervenção, salientou o seguinte, primeiro não está referido a questão dos
39 dependentes porque ela é clara, é exatamente aquilo que o senhor Presidente da Junta da Freguesia
40 acabou de referir, está explícito no artigo da Lei e não é possível alterar, quer o dependente quer o
41 valor.

42 Prédios em ruínas são prédios degradados e, portanto, tudo o que esteja em ruínas é obviamente
43 penalizado.

44
45 **O deputado Luís Roma** no que diz respeito a esta matéria, referiu que compreende bem as questões
46 da redução para a família com deficientes, é uma violação para os prédios degradados, em ruínas,
47 etc.

48 A redução da taxa para as freguesias rurais, se bem que na sua opinião estão a empurrar os casais
49 jovens, irá ser uma forma de desenvolver as freguesias, mas não pode aceitar que a taxa afixada pela
50 Câmara Municipal de Évora para o IMI seja das mais altas de todo o país, isto é sabido que é assim,

1 ainda mais um concelho com falta de habitação é quase um flagelo, principalmente para os casais
2 mais novos que são obrigados a ir para as freguesias rurais ou até mesmo deslocarem-se para as suas
3 habitações em municípios onde têm melhores condições, neste seguimento o seu sentido de voto é
4 contra.

5 Solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto.

6
7 **O deputado Henrique Troncho** referiu que o senhor Presidente da Câmara informou que esta
8 proposta resulta de um consenso estabelecido na Câmara Municipal de Évora, nessa eleição foi
9 produzido um pressuposto de cumprimento de um conjunto de iniciativas por parte do Município,
10 nomeadamente, no que diz respeito ao IMI que uma parte significativa fosse reservada para apoio
11 social das famílias mais carenciadas do concelho de Évora. Também fazia depender do facto de ser
12 aprovado um programa de apoio económico e social de emergência para as eborenses vítimas de
13 pandemia e que tivessem de facto uma situação difícil, portanto havia aqui um conjunto de
14 pressupostos enquadradores que não aparecem na proposta apresentada.

15 Questionou o senhor Presidente se de facto aquele enquadramento feito pelos Vereadores do Partido
16 Socialista, que o levou a subscrever este consenso, se verificam ou não, nomeadamente, no que diz
17 respeito aos apoios sociais às famílias mais carenciadas do concelho.

18
19 **O deputado Bruno Martins** sobre o assunto em discussão disse que, como é sabido, o Bloco de
20 Esquerda sempre contestou a obrigatoriedade de estabelecer a taxa máxima de IMI corrente da
21 adesão do Município de Évora ao PAEL, nunca consideramos justo que os munícipes fossem o elo
22 mais fraco e os mais afetados pelas políticas de gestão autárquicas que conduziram o Município a
23 uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Assinalamos ainda assim pelo terceiro ano
24 consecutivo, exista uma redução ainda que tímida da taxa de IMI, saudamos também a intenção de
25 consensualizar a redução das taxas de IMI ao longo do mandato até aos 0,35% sendo que tal
26 consenso deveria de ser rapidamente assumido e alvo de compromisso político assinado por
27 diferentes forças partidárias, aliás havendo o compromisso de redução até aos 0,35% sabemos que
28 a redução deva ser faseada ao longo dos anos representando que tal, a cada ano desça 0,2% da taxa
29 algo que não acontece este ano com a redução em 0,01% ainda assim não nos oporemos a esta
30 fixação da taxa apelando a um rápido consenso em tornas das taxas municipais para todo o mandato
31 os munícipes merecem essa clareza perante um cenário político desafiante e nunca entraremos num
32 populismo fácil propor uma redução drástica sabendo da situação financeira do Município. Que este
33 ano a oposição pode até dizer que a sua proposta era de fixar por exemplo já em 0,3% a taxa de IMI
34 e depois não ter a responsabilidade de execução orçamental e isso não fazemos. Não podemos deixar
35 de realçar com positiva a minoração em 30% da taxa para as zonas urbanas das freguesias rurais,
36 assim como, a majoração para prédios urbanos degradados e ou devolutos e a redução do imposto a
37 famílias com dependentes a cargo de acordo com o previsto no artigo 112 A e o Código do IMI que
38 já tem obviamente essa tabela bem definida consoante o número de dependentes a cargo das
39 famílias.

40 Solicito ainda que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto.

41
42 **O deputado Luís Ramalho** sobre o ponto 3, como o colega já referiu, quando o senhor Presidente
43 falou em prédios degradados e em ruínas, a lei prevê e está definido os critérios para avaliar os 3
44 tipos de prédios, os devolutos estão numa situação, os degradados noutra e os em ruínas a mesma
45 coisa, ou não colocam aqui a denominação ruínas, porque a seu ver a Câmara não vai poder majorar
46 os prédios que estejam em ruínas. Referiu que até acrescentava diferentes tipos de percentagens para
47 os 3 tipos de prédios, 30% é a percentagem referida, mas reforçou que se devia acrescentar os
48 prédios em ruínas.

49

1 **O Presidente da Câmara** relativamente à intervenção do deputado Henrique Troncho disse o
2 seguinte, os Vereadores do PS colocaram essa questão não apenas em relação ao IMI, mas a um
3 acordo relativamente a um conjunto de impostos e taxas e foi consensualizado, obviamente, não era
4 no âmbito do IMI ou desses impostos, mas seria no âmbito das opções do plano e do orçamento que
5 essa situação seria tratada e considerada, esse foi o compromisso que assumiram.

6 Sendo que algumas dessas questões já existem nas atuais opções do plano e do orçamento, dá o
7 exemplo do plano de emergência para a Covid, o aumento dos apoios sociais aos municípios e por
8 tanto foi esse o compromisso que ficou na reunião de Câmara, e que da sua parte, naturalmente, irão
9 cumprir no âmbito da elaboração das opções do plano e do orçamento que onde cabe definir esses
10 programas.

11 Referiu mais uma vez que da sua parte, considera os prédios degradados e em relação aos prédios
12 em ruínas irão tratar deles de igual modo. Há uma questão que a Autoridade Tributária exige, para
13 que possa ser feito esta aplicação que nos tem dificultado a aplicação de algumas destas taxas, que
14 sejam identificados os artigos matriciais e nalguns casos até os proprietários dos prédios, o que é
15 extremamente difícil, corre-se o risco de ter muitos casos, conseguiram fazer isso para alguns casos
16 e não para outros, uma vez que o município não tem o acesso a essa base de dados, portanto estão a
17 tentar encontrar soluções. Todos os contributos que possam chegar, nomeadamente, com a
18 identificação dos prédios ajudam que a comunicação à Autoridade Tributária seja mais fácil.

19
20 **O deputado José Figueira** face ao debate que tem sido gerado na Assembleia Municipal, no que
21 toca a esta proposta apresentada pela Câmara Municipal e devidamente fundamentada. Tendo em
22 conta a consensualização que foi possível ser feita ao nível da Câmara Municipal e também, ao
23 mesmo tempo o esforço que o Município tem feito para se libertar do PAEL tem vindo a fazer uma
24 redução do IMI, a CDU irá votar favoravelmente, tendo em consideração a longo prazo a fim do
25 âmbito do mandato o objetivo é atingir 0,35%.

26 Recordou certamente que os membros da Assembleia Municipal devem de ter lido o relatório de
27 informação que o senhor Presidente deu conta, que a receita do IMI e da Derrama, foram daquelas
28 receitas que diminuíram e por isso seria importante reter também esta situação, por isso a CDU nesta
29 base de consensualização alcançada na Câmara Municipal irá votar favoravelmente.

30 Solicitou ainda que a sua intervenção fosse considerada como declaração de Voto.

31 32 **Deliberação:**

33 **Aprovado por maioria**, com 26 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do
34 MICAZA e 1 do MMPI) e 6 votos contra (5 do PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM e 1 do CH), com 32
35 presenças verificadas.

36 37 **Declaração de Voto do deputado Bruno Martins:**

38 *“É sabido que o Bloco de Esquerda sempre contestou a obrigatoriedade de estabelecer a taxa*
39 *máxima de IMI corrente da adesão do Município de Évora ao PAEL, nunca consideramos justo que*
40 *os municípios fossem o elo mais fraco e os mais afetados pelas políticas de gestão autárquicas que*
41 *conduziram o Município a uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Assinalamos ainda*
42 *assim pelo terceiro ano consecutivo, exista uma redução ainda que tímida da taxa de IMI, saudamos*
43 *também a intenção de consensualizar a redução das taxas de IMI ao longo do mandato até aos*
44 *0,35% sendo que tal consenso deveria de ser rapidamente assumido e alvo de compromisso político*
45 *assinado por diferentes forças partidárias, aliás havendo o compromisso de redução até aos 0,35%*
46 *sabemos que a redução deva ser faseada ao longo dos anos representando que tal, a cada ano desça*
47 *0,2% da taxa algo que não acontece este ano com a redução em 0,01% ainda assim não nos*
48 *oporemos a esta fixação da taxa apelando a um rápido consenso em tornas das taxas municipais*
49 *para todo o mandato os municípios merecem essa clareza perante um cenário político desafiante e*
50 *nunca entraremos num populismo fácil propor uma redução drástica sabendo da situação*

1 financeira do Município. Que este ano a oposição pode até dizer que a sua proposta era de fixar
2 por exemplo já em 0,3% a taxa de IMI e depois não ter a responsabilidade de execução orçamental
3 e isso não fazemos. Não podemos deixar de realçar com positiva a minoração em 30% da taxa para
4 as zonas urbanas das freguesias rurais, assim como, a majoração para prédios urbanos degradados
5 e ou devolutos e a redução do imposto a famílias com dependentes a cargo de acordo com o previsto
6 no artigo 112 A e o Código do IMI que já tem obviamente essa tabela bem definida consoante o
7 número de dependentes a cargo das famílias”

8 9 **Declaração de Voto do deputado Henrique Troncho:**

10 “Congratulamo-nos com não apenas com a aprovação, mas sobretudo com o facto de ter sido
11 possível estabelecer entre quem está interessado no progresso do Município uma plataforma
12 mínima de entendimento para aprovação de um conjunto de taxas que como vão ver a seguir que
13 obedecem a alguns princípios para nós são importantes. Em primeiro lugar, o facto de haver uma
14 redução progressiva da carga fiscal permitindo que de forma progressiva se vão introduzindo uma
15 diminuição, sem por em causa o funcionamento normal do Município, o facto de se utilizar parte
16 significativa dos impostos arrecadados para fortalecer medidas de apoio social aos munícipes mais
17 carenciados, o facto de se entender ou se ter assumido o compromisso de fazer um regulamento de
18 apoio às famílias numerosas como forma de estimular também a natalidade e o facto de se
19 regulamentar futuro a economia social de forma a poder isentá-las dessa carga fiscal, portanto há
20 um conjunto de pressupostos que foram discutidos que foram estabelecidos que levaram a este
21 entendimento e que para nós não sendo possível obter aquilo que pensávamos que devia ser, é pelo
22 menos um ponto positivo, é um passo positivo e isso ajuda seguramente os munícipes de Évora no
23 espaço de quatro anos verem reduzidas significativamente a sua carga fiscal e também haver os
24 mais carenciados reforçados os seus apoios, por isso congratulamos mais até com isso do que com
25 a própria aprovação, embora uma coisa não fizesse sentido sem a outra.”

26 27 **Declaração de Voto do deputado José Santos:**

28 “Referiu que os deputados da Coligação Mudar Com Confiança, na Assembleia Municipal irão
29 seguir o sentido de voto dos Vereadores da Câmara Municipal, porque de facto entendem que as
30 famílias portuguesas vivem num autêntico aperto fiscal, sem contrapartida daquilo que são serviços
31 públicos. O caso da habitação é um caso paradigmático, precisa de mais casas no mercado, precisa
32 de uma aprovação mais célere de licenças e precisa de estímulo fiscal que na sua opinião podia ter
33 ido um pouco mais longe, e de facto o seu entendimento é que a redução devia de ter sido 0,02%,
34 ou seja, passar o IMI dos prédios urbanos de 0,43% para 0,41% e o que aconteceu é que ficou nos
35 0,42% e não é o que lhes parece mais adequado mas é melhor que nada.
36 Quanto ao restante, chegaram ao final do mandato com o IMI para os prédios urbanos a 0,35% e
37 propuseram também medidas relativamente a majorações. Portanto o sentido voto será de não
38 aprovar a proposta, visto que, entendem que a redução devia ter sido superior”.

39 40 **Declaração de Voto do deputado José Figueira:**

41 “Face ao debate que tem sido gerado na Assembleia Municipal, no que toca a esta proposta
42 apresentada pela Câmara Municipal e devidamente fundamentada. Tendo em conta a
43 consensualização que foi possível ser feita ao nível da Câmara Municipal e também, ao mesmo
44 tempo o esforço que o Município tem feito para se libertar do PAEL tem vindo a fazer uma redução
45 do IMI, a CDU irá votar favoravelmente, tendo em consideração a longo prazo a fim do âmbito do
46 mandato o objetivo é atingir 0,35%.
47 Recordou certamente que os membros da Assembleia Municipal devem de ter lido o relatório de
48 informação que o senhor Presidente deu conta, que a receita do IMI e da Derrama, foram daquelas
49 receitas que diminuíram e por isso seria importante reter também esta situação, por isso a CDU
50 nesta base de consensualização alcançada na Câmara Municipal irá votar favoravelmente”.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

Declaração de Voto do deputado Luis Roma:

“No que diz respeito a esta matéria, referiu que compreende bem as questões da redução para a família com deficientes, é uma violação para os prédios degradados, em ruínas, etc. A redução da taxa para as freguesias rurais, se bem que na sua opinião estão a empurrar os casais jovens, irá ser uma forma de desenvolver as freguesias, mas não pode aceitar que a taxa afixada pela Câmara Municipal de Évora para o IMI seja das mais altas de todo o país, isto é sabido que é assim, ainda mais um concelho com falta de habitação é quase um flagelo, principalmente para os casais mais novos que são obrigados a ir para as freguesias rurais ou até mesmo deslocarem-se para as suas habitações em municípios onde têm melhores condições, neste seguimento o seu sentido de voto é contra”.

3 - DERRAMA PARA 2022.

O Presidente da Câmara no seguimento do que disse anteriormente referiu que se aplica também à questão da Derrama. Neste caso há um dado que é importante, a Derrama é um princípio das finanças públicas e é das poucas receitas que pode ser consignada e neste caso o que se propõe na sequência daquilo que tem vindo a ser feito, é que estes valores possam reverter para as infraestruturas económicas, para o desenvolvimento económico ao longo do ano. Logo o que sugere é isentar os pequenos negócios até 150 mil euros da derrama, depois o imposto é recolhido e que seja aplicado naturalmente nas infraestruturas e outras ações de desenvolvimento económico no concelho e dos agentes económicos do concelho, neste caso consensualizada, no seu entender este ponto foi aprovado por unanimidade.

O deputado José Santos referiu que os vereadores do seu partido votaram favoravelmente à proposta, com a possibilidade de relativamente à taxa de 1,5% haver para determinadas atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola a possibilidade também de aplicação de benefícios fiscais. Foi algo que ficou deliberado na Reunião de Câmara que teria depois de ser detalhado, deixou esta nota.

Sugeriu relativamente à questão que o senhor Presidente da Câmara de Évora referiu, que seria interessante perceber nos relatórios de prestação de contas como é que esta consignação da Derrama efetivamente se realizou, se em infraestruturas ou em projetos económicos para perceber a correlação existente entre a angariação do imposto e o fomentar da atividade económica no concelho.

Deliberação:

Aprovado por maioria, com 31 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 5 do PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 1 abstenção (do CH), com 32 presenças verificadas.

4 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS-2022.

O Presidente da Câmara referiu que neste caso o que disse inicialmente para o IMI aplica-se também neste ponto. As forças políticas tinham opiniões diferenciadas sobre a matéria e foi possível chegarem a um consenso relativamente a esta matéria e por isso naturalmente apresentamos a proposta, a seu ver foi aprovada por unanimidade.

O deputado Luís Roma referiu que discorda, visto que, a classe média no país tem uma carga fiscal de famílias nos seus rendimentos que, em média já supera os 40%. Com o período difícil da

1 pandemia poderia ter havido, a seu ver compreende que as finanças da Câmara precisam de
2 continuar a ser reabilitadas, um sinal de solidariedade para com a classe média que é tão fustigada,
3 tem sido ela que tem sustentado todos estes desvarios das finanças públicas, de maneira que vota
4 contra esta proposta por aquilo que acabou de expressar.

5
6 **O Presidente da Câmara** voltou a intervir para acrescentar que há uma redução da participação de
7 IRS de 5% que passa para 4,5%, portanto existe um assumir do Município, apesar das dificuldades
8 económicas e financeiras que continua a sentir. Acrescentou que pode se entender de outra maneira,
9 cobrar o IRS e fazer uma redistribuição do imposto a favor das famílias mais carenciadas, mas
10 consensualizaram esta posição que colocou, salientou que é uma redução de 0,5%.

11
12 **O deputado José Santos** referiu que na reunião de Câmara Municipal foi proposta uma redução de
13 1%, no seu entender a participação da Câmara Municipal no IRS é excessiva e deve de facto seguir
14 um caminho de devolução crescente do IRS aos cidadãos, ainda assim pensa que é um princípio,
15 tem ideia que pela força do PAEL a taxa não poderia ter baixado em anos anteriores e, portanto,
16 baixou meio por cento não é brilhante, mas é um caminho mas claramente que a coligação Mudar
17 com Confiança tem propostas no sentido de redução progressiva ao longo do mandato, no sentido
18 de devolução do Imposto aos Municípios de Évora

19 Deixou ainda uma nota em relação ao princípio basilar das finanças públicas que é a não
20 consignação, com exceção da Derrama, da receita. A seu ver é importante haver um desenho de
21 política pública social séria, consertada e estável, trabalhar melhor as políticas, definir melhor as
22 medidas, calendarizá-las, depois dentro das grandes opções do plano e da construção do orçamento
23 haverá receita para pagar e subsidiar essas despesas, se a fonte do financiamento é a receita do IMI
24 ou se é a receita da participação do IRS. Não despreza no ponto de vista do discurso, o que é
25 importante na prefeitura do orçamento se consiga encontrar fontes de financiamento para essa
26 política social, até porque como foi referido esta receita não é consignada despesas em particular.

27 28 **Deliberação:**

29 **Aprovado por maioria**, com 31 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 5 do PPD/PSD.CDS-
30 PP.MPT.PPM, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 1 voto contra (do CH), com 32
31 presenças verificadas.

32 33 **5 - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA 2022.**

34
35 **O Presidente da Câmara** referiu que existiu uma consensualização por unanimidade, importante
36 realçar que em tempos terá havido por parte da Assembleia da República uma decisão que parece
37 que não tem vindo a ser aplicada pelas empresas operadoras, ou seja, este tipo de taxas, fossem
38 suportadas pelas operadoras e não pelos clientes das mesmas, não está em causa essa situação, não
39 têm voto nessa matéria, mas deixou esta nota que devem de continuar a insistir para que de facto
40 isto se verifique em Évora, há empresas que respeitam isso e há outras que não.

41 42 **Deliberação:**

43 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

44 45 46 **6 - Projeto de alteração da tabela de taxas e outras receitas do Município de Évora.**

47
48 **O Presidente da Câmara** afirmou que estão a fazer um trabalho de revisão completa da tabela de
49 taxas e outras receitas, que só é possível fazer depois de pagar o PAEL. O trabalho está praticamente
50 concluído, entretanto, houve uma necessidade de fazer uma alteração à tabela de taxas por causa da

1 transferência de competências que o município já assumiu e que naturalmente temos de concretizar
2 com base nas taxas e outras receitas.

3 **Deliberação:**

4 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

5
6 **7 - ABERTURA DE CONCURSO. CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA**
7 **CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM ESTÁDIO DE FUTEBOL EM PARCELA DE**
8 **TERRENO MUNICIPAL SITO EM ÉVORA.**

9
10 **O Presidente da Câmara** informou que este é um processo que tem vindo a ser desenvolvido há
11 muito tempo. Como é sabido o Município não tem capacidade por si só para construir um estádio
12 desportivo, não há verbas de funcionamento que possam ir buscar para esta construção e, portanto,
13 apareceu a possibilidade de abrir um concurso no sentido de disponibilizar um terreno municipal e
14 convidar as entidades que queiram concorrer a poderem fazê-lo. Construir um estádio e em contra
15 partida da cedência do terreno municipal, o Município fica com um conjunto de horas que pode
16 utilizar para os munícipes, para os clubes, para as instituições e para aquilo que entender, de acordo
17 obviamente com o que resultar do concurso.

18 Este foi um processo consensualizado, também no mandato anterior, mas a pandemia atrasou-o caso
19 contrário teria avançado ainda no mandato anterior. Agora, pensam que estão com condições para
20 avançarem e, portanto, é isso que estão a propor.

21
22 **O deputado Henrique Troncho** questionou o senhor Presidente da Câmara se há entidades
23 interessadas.

24
25 **O deputado Bruno Martins** interveio para confirmar se o senhor Presidente da Câmara leu bem,
26 se a bolsa anual de horas que autarquia terá direito ronda as 200 horas.

27
28 **A deputada Paula Deus** referiu ao senhor Presidente da Câmara que partilha a avidez do senhor
29 Presidente da Assembleia Municipal relativamente à efetiva necessidade de construção deste
30 estádio, porque trata-se de um estádio de futebol numa cidade com a dimensão de Évora e na linha
31 com o foi questionado pelo seu camarada de bancada. Assim, gostava que ficasse claro a efetiva
32 necessidade da construção deste estádio de futebol.

33
34 **O deputado José Santos** referiu que Évora tem um problema de falta de infraestruturas desportivas,
35 no geral não sabem a noção de um conjunto de eventos que a cidade poderia rentabilizar e que não
36 consegue, ainda recentemente a final dos campeonatos universitários não se realizou em Évora
37 porque não existe infraestruturas.

38 Como foi referenciado anteriormente que o PSD nunca fazia obras, salientou que a obra do
39 complexo municipal foi uma obra do governo do PSD, mas voltando à questão do ponto, parece-lhe
40 relevante e importante que este concurso avance o mais rápido possível porque de facto a cidade
41 tem falta de infraestruturas desportivas modernas que possam ser utilizadas pelos residentes e que
42 possam também ser dispostas a favor de uma estratégia de atração de eventos para a cidade, portanto
43 daquilo que viu as peças concursais estão devidamente elaboradas.

44 A seu ver a Câmara Municipal só aprovou o lançamento do concurso porque sabe que há
45 interessados, pode não ser um processo de seleção fácil porque este tipo de concursos não é um
46 concurso típico, é concurso linear. Estes têm alguma complexidade, portanto aquilo que parece
47 fundamental é que o concurso seja lançado que sinalizem as propostas dos interessados e que possa
48 haver a melhor escolha possível para que a cidade possa num tempo definido vir a dispor de uma
49 infraestrutura desportiva moderna e que valorize a cidade de Évora.

50

1 **O Presidente da Câmara** referiu que relativamente à questão das horas, o valor mínimo de horas
 2 necessário tem de ser calculado de acordo com os valores que são atribuídos ao terreno, é a partir
 3 de uma fórmula que é usada do ponto de vista contabilístico, de facto só avança com isto porque já
 4 houve manifestação de interesse, e têm já um interessado para este concurso.

5 Deixou uma nota para dizer que recorda que o Município tem há muitos anos um terreno destinado
 6 exatamente a este fim, apesar de entenderem que aquele terreno não será apenas para um estádio de
 7 futebol, porque foi feito um estudo de implantação de várias estruturas desportivas e que para além
 8 do estádio, inclui por exemplo um pavilhão, não de grandes dimensões, mas que estão a estudar em
 9 que medida é que podem avançar com essa construção e em que condições é que podem fazer. Para
 10 aquele espaço está destinado a área desportiva estão a pensar em vários equipamentos desportivos,
 11 têm vindo a procurar parceiros face às debilidades financeiras do município, encontrar aqui soluções
 12 que salvaguardem o interesse público, mas que permitam naturalmente construir infraestruturas,
 13 visto que, Évora está muito carenciada.

14
 15 **Deliberação:**

16 **Aprovado por maioria**, com 31 votos a favor (13 do PS, 7 da CDU, 5 do PPD/PSD.CDS-
 17 PP.MPT.PPM, 3 do MCE, 1 do CH, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 1 abstenção (do BE), com 32
 18 presenças verificadas.

19
 20 **8 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL.**

21
 22 **O Presidente da Câmara** referiu que são concursos para pessoal do Município. Durante muitos
 23 anos, como é sabido, o Município não pode contratar ninguém face à situação de equilíbrio
 24 financeiro estrutural que estava sujeito, e só recentemente equilibraram o mapa de pessoal. Este
 25 processo exige que o mapa de pessoal preveja a abertura de concurso e depois haja uma autorização
 26 proposta pela Câmara à Assembleia Municipal. Neste caso em concreto, refere-se a engenheiros,
 27 uma vez que há muita falta dos mesmos e temos alguns engenheiros que estão em vias de se
 28 reformar, daí este pedido de abertura de concurso.

29
 30 **Deliberação:**

31 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

32
 33 **9 - CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ORGÂNICA (COMPOSTAGEM DE LAMAS) -**
 34 **AMPLIAÇÃO DA ETAR DE ÉVORA.**

35
 36 **O Presidente da Câmara** referiu tal como é sabido, apesar das diferenças que possuem com
 37 empresa Águas Vale do Tejo, no que toca ao sistema multimunicipal que está entregue à firma, quer
 38 do abastecimento da água quer de saneamento, têm vindo a procurar colaborar com as Águas do
 39 Vale do Tejo em tudo aquilo que interessa para o Município. Neste caso, é uma central que interessa
 40 à região e que propõe tratar, valorizar as lamas que são retiradas das ETAR's e possam servir
 41 posteriormente para composto, irão ceder o terreno e a empresa fará a construção. Um investimento
 42 que deverá ultrapassar um milhão de euros, mas do ponto de vista ambiental parece muito positivo.

43
 44 **O deputado José Santos** interveio para referir-se a 4 questões. A primeira para sublinhar a
 45 importância deste investimento.

46 O segundo, para questionar se as condições comerciais são competitivas e a contratação pública
 47 permite que este tipo de obras possa ser feito por empresários locais e por empresas locais.

48 O terceiro ponto tem a ver com a entrada e saída das lamas, ou seja, pretendia saber se as lamas que
 49 vão aqui ser tratadas e valorizadas são apenas as lamas da ETAR de Évora ou se são de outras

1 ETAR's, e se são de outras se sabem quais são até porque a capacidade de resposta da central e a
2 sua eficiência dependerá do tipo de lamas que terá de tratar.

3 Por último, tem a ver com a saída depois do tratamento, isto é, perceber se as lamas vão ser aplicadas
4 no local. Sabe-se que os solos do Alentejo são pobres, portanto perceber se a aplicação imediata
5 dessa vantagem se fará no concelho de Évora ou na região, ou se é uma coisa muito típica em
6 Portugal, tal como os lixos, se as lamas andarão a viajar pelo país e serão aplicadas noutra sítio, ou
7 seja, pretendia perceber exatamente como é que o sistema irá funcionar.

8
9 **O Presidente da Câmara** esclareceu a situação, e disse que não fala de um investimento municipal,
10 mas sim de um investimento regional em que há uma parceria entre o Município de Évora e as
11 Águas do Vale do Tejo. Esta empresa tem a capacidade coisa que o Município não tem, e por isso
12 a autarquia propõe ceder o terreno e as Águas do Vale do Tejo farão o investimento para valorizar
13 as lamas. A informação que têm da negociação que foi feita com as Águas do Vale do Tejo refere-
14 se a lamas de várias ETARES da região, por isso é que disse que estão a falar do equipamento
15 regional, aliás ele só pode ser viável se for regional, muito dificilmente um equipamento deste pode
16 corresponder apenas a uma ETAR.

17 Relativamente à compostagem, naturalmente o que pretendem é que o composto possa ser usado no
18 Alentejo, a seu ver em Évora e noutros pontos do Alentejo há condições para isso, mas não lhes
19 compete o controlo relativamente à aplicação da compostagem, isso depende das Águas do Vale do
20 Tejo.

21 **Deliberação:**

22 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

23 **10 - REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À** 24 **MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES.**

25 **O Presidente da Câmara** referiu que se trata de um pequeno erro que foi cometido já há algum
26 tempo, em tempos esta assembleia municipal aprovou um novo regulamento municipal de melhoria
27 de condições de habitabilidade que generaliza, incluindo as questões das acessibilidades os apoios
28 municipais, e portanto quando esse regulamento foi aprovado, este deveria ter sido revogado, uma
29 vez que este regulamento está contido no novo, aliás até ampliado, portanto estamos agora a suprir
30 essa lacuna que na altura não foi feita.

31 **A deputada Paula Deus** disse que o sentido do voto do partido Socialista é favorável, como o
32 senhor Presidente já explicou a situação, podia já ter sido revista oportunamente e os apoios vão
33 ficar consignados no programa de melhoramento das condições de habitabilidade, todavia não
34 podem deixar aqui de registar, por um lado mais uma vez esta questão da invisibilidade das pessoas
35 com acessibilidades condicionadas, que é um grupo específico de população e ao ser aglutinado um
36 programa de melhoramento das condições de habitabilidade mais uma vez deixa-se de nomear este
37 grupo de pessoas que estava expresso num programa municipal de apoio à melhoria das
38 acessibilidades, esta é uma vertente.

39 A outra vertente tem a ver com o facto de não haver candidaturas, quando efetivamente há pessoas
40 com necessidades, sabem que não é uma questão de agora, mas é algo que irá manter-se no futuro,
41 aliás não houve candidaturas, provavelmente, estas pessoas não vão candidatar-se só porque muda
42 o programa. Logo como é que estas pessoas que tinham um programa próprio não se candidatavam
43 nas condições em que estavam a viver, evidentemente nada irá mudar para agora virem a ser
44 apoiadas.

45 Reconhece mais uma vez a importância das pessoas, da questão de as acessibilidades ter
46 visibilidade, como sabem já há muitas cidades europeias que têm roteiros da acessibilidade, já há

1 um mundo de coisas a ser feito, a seu ver um futuro em que Évora não se encontra, mas de facto é
2 uma perda o conceito em si. No entanto compreendemos que ele venha a ser integrado no programa
3 de melhoramento de condições de habitabilidade.

4
5 **O deputado Bruno Martins** referiu que é a favor que os regulamentos sejam inclusivos e, portanto,
6 na sua opinião as pessoas com deficiência, e conhece-as de perto, reclamam sobre a existência de
7 regulamentos inclusivos. A seu ver não necessitam de regulamentos que digam “pessoa com
8 deficiência” que falem só de acessibilidades para pessoas com deficiências, mas carecem de
9 regulamentos de condições de habitabilidade, de condições de mobilidade no espaço público que
10 contêm as características próprias e as necessidades próprias das pessoas com deficiência.
11 Referiu que é a favor de não existência de regulamentos específicos, mas de regulamentos gerais
12 que incluam estas pessoas e as necessidades das mesmas.

13 Dito isto, refere que é estranho não haver candidaturas pois alguma coisa não está a funcionar bem
14 com a comunicação entre os munícipes, nomeadamente com as pessoas com deficiências, por isso
15 faz uma proposta ao senhor Presidente da Câmara para que no âmbito do grupo de trabalho para a
16 deficiência que existe e que a Câmara Municipal de Évora promove, que haja a divulgação deste
17 programa uma intensificação da divulgação deste programa para que possa chegar a pessoas com
18 deficiência no nosso concelho, muitas delas têm necessidades habitacionais, nomeadamente
19 necessidades de algumas pequenas adaptações nas habitações e com certeza queriam beneficiar do
20 previsto neste programa, portanto dar esta recomendação de maior publicitação.

21
22 **O Presidente da Câmara** referiu que ao contrário do que é dito não é uma perda, é um ganho,
23 desde logo porque passam a incluir um universo muito maior de pessoas que têm gravíssimos
24 problemas de habitabilidade, pode parecer que não existe, mas há pessoas que não têm casa de banho
25 em Évora, não têm cozinha, que não têm outro tipo de questões que são essenciais numa habitação
26 com dignidade. Logo quando se olha para este problema existe a necessidade de ter um programa
27 mais vasto para responder à melhoria das condições de habitabilidade, entre as quais, estão as
28 acessibilidades nas habitações. Esta situação não apenas dá visibilidade como agora amplia o
29 conceito. Está em desacordo com esta questão, não percebeu se era esta a pergunta, mas reforçou
30 que fique claro que existe esta situação.

31 Por outro lado, dizer que esta é uma questão para as condições de habitabilidade, posteriormente,
32 têm programas para as acessibilidades num espaço público. Acorda por exemplo, que neste
33 momento decorre um programa que tem a ver com um financiamento que conseguiram através do
34 turismo, mas que tem permitido melhorar o espaço público, nomeadamente, em termos de
35 passeadeiras e entre outros que têm sido visíveis para melhorar as acessibilidades.

36 Neste seguimento tem colaborado, em particular, com uma IPSS do concelho que tem identificado
37 problemas concretos dos seus utentes e que depois de verificados, em conformidade com a
38 Associação e com o utente vão corrigir as acessibilidades. Destacou que tem sido feito de forma
39 lenta, mas apesar disso tem dado resultados muito positivos, porque são os próprios utentes que
40 identificam os problemas e relatam como é que os podem resolver, como por exemplo, uma
41 passeadeira junto à Câmara que tinha um passeio rampeado e no seu entender, achava que estava
42 adaptado às condições de acessibilidade, mas não um utente expôs que aquele tipo remapeamento
43 não permitia que uma cadeira de rodas normal circulasse, portanto tiveram de intervir para corrigir
44 aquele tipo de situação. Na sua opinião, estão presentes e não só estão a atuar como a dar visibilidade
45 a quem tenha estas dificuldades, mas também a um conjunto de outros cidadãos que têm outro tipo
46 de necessidades que não estavam a ser respondidas.

47 Em relação ao programa, neste momento já há candidaturas, aquelas situações que identificaram
48 também foram conduzidas para este programa, mas naturalmente necessitam de fazer uma
49 publicitação maior, quer para a questão das acessibilidades quer para questões mais gerais na
50 melhoria da habitabilidade.

1
2 **A deputada Paula Deus** acompanhou o senhor Presidente na preocupação em tornar a resposta
3 mais ampla e para mais pessoas, infelizmente de facto em Évora continua a haver pessoas sem
4 condições nenhuma de habitabilidade, reforça que até há pessoas que não têm água. Ainda há pouco
5 tempo referiram isso, num bairro de uma zona já mais rural e de facto, infelizmente isso acontece
6 em Évora, e, portanto, é congratular-nos por o senhor Presidente estar aqui a dar um passo no sentido
7 de mudar essa situação que infelizmente continua a existir. Todavia a resposta que deu à questão de
8 não existirem até agora candidaturas é compreensível, mas mencionou que não é aquela
9 propriamente que gostaria de ouvir, porque no fundo não havia nenhuma e agora parece que já vai
10 haver algumas. Também que tem de haver um programa mais publicitado, mas a verdade é que em
11 Évora há, felizmente, várias Associações de Apoio à Deficiência, um movimento associativo a essa
12 área é muito dinâmico, é como há pouco o senhor Presidente referiu há uma pessoa que apresenta
13 queixa e vai se fazer uma obra, pois ora tem de haver uma visão mais ampla a este programa
14 esperamos que traduza essa visão para a tal Évora com acessibilidades no futuro e seja reconhecida
15 enquanto tal.

16 Em relação à questão de nomear o problema ou o facto de o tornar menos inclusivo são perspetivas,
17 de facto o conceito de inclusão vem precisamente para não estigmatizar, mas isso não o posta que
18 seja um problema específico, dá o exemplo do caso das vítimas de violência doméstica, não vai
19 deixar de nomear porque isso estigmatiza, não o problema está lá, ele existe e portanto do ponto de
20 vista das pessoas com deficiência, o facto de existirem programas de acessibilidade que visam a
21 inclusão dessas pessoas, em nada reduz a sua inclusão e nunca o Partido Socialista poderia, como é
22 evidente não estar mais imbuído desse espírito. Portanto a terminologia da inclusão com a Ana
23 Benavente, com todos esses teóricos que fizeram parte de um movimento na área da educação e que
24 o Partido Socialista felizmente tem acompanhado, são bem exemplo disso, de qualquer forma não
25 se trata de politizar a questão mas a resposta a estas questões é política e portanto não pode deixar
26 de falar dela aqui e por isso considera uma resposta para pessoas com acessibilidade reduzida tem
27 um espaço, para vítimas de violência doméstica tem outro, para situação de risco tem outro, para
28 promoção de envelhecimento tem outra, nada disto estigmatiza.

29
30 **O Presidente da Câmara** voltou a intervir para esclarecer que não estão a aprovar nenhum
31 programa e regulamento, este já está aprovado, apenas isso. O outro já está aprovado e já está em
32 vigor.

33 34 **Deliberação:**

35 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.

36 37 **11 - RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO** 38 **MUNICÍPIO DE ÉVORA DO 1º SEMESTRE DE 2021 (PARA CONHECIMENTO).**

39
40 **O Presidente da Câmara** referiu muito celeremente que este relatório já está um pouco
41 ultrapassado, uma vez que, se refere ao primeiro semestre, encontram-se quase no final do ano, a
42 seu ver traduz aquilo tem sido a evolução do orçamento municipal, em particular, e identificam um
43 conjunto de debilidades e coisas que tem estado a funcionar bem.

44 Em relação às debilidades naturalmente têm estado atentos para as corrigir e consoante o que está a
45 funcionar bem procuram dar continuidade, chama a atenção, contudo que este exercício orçamental
46 tem sido extraordinariamente complicado por causa da pandemia e isso obrigou a fazer alterações
47 substanciais que são conhecidas, de qualquer forma, a seu ver demonstra que há uma tendência,
48 aliás isso permitiu que o município saísse da situação de desequilíbrio financeiro estrutural.

49

1 **O deputado Gonçalo Costa** solicitou ao senhor Presidente e aos serviços que os documentos
2 remetidos passem a ter uma melhor qualidade, pois ficam muito aquém daquilo que gostaria para
3 fazer uma análise qualitativa dos dados fornecidos, uma vez que, a documentação não tem a
4 qualidade que se exige de uma Autarquia e de uma Assembleia Municipal.

5
6 **O Presidente da Câmara** referiu que a intervenção feita não foi do seu agrado até porque não é um
7 relatório da Autarquia, é um relatório da Revisora Oficial de Contas da Autarquia e, portanto, não
8 interferem com os mesmos apenas tomam notas deles. Neste mesmo relatório há pontos em que
9 discordam como também há pontos em que concordam. Os revisores oficiais de contas externos ao
10 município, fazem o trabalho que entendem fazer. Se por ventura algum membro da Assembleia
11 quiser fazer algumas sugestões terá todo o gosto de as fazer chegar à revisora oficial de contas do
12 município.

13
14 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que poderá ter sido lapso da parte dele e não da leitura do
15 senhor Presidente da Câmara, mas não se referiu a qualquer interferência do trabalho da revisora
16 oficial de contas, apenas mencionou a qualidade de imagem e dos documentos remetidos para terem
17 capacidade de os analisar.

18
19 **O deputado Bruno Martins** deixou uma recomendação à mesa para que seja feito uma avaliação
20 dos documentos que são submetidos digitalmente. Referiu que o scan dos documentos está péssimo,
21 há páginas em que simplesmente não dá para ler e como não o recebem em papel, desta vez, e só
22 receberam digitalmente. No seu entender era aquilo que o senhor deputado anteriormente estava-se
23 a referir, portanto se pudessem fazer essa verificação antes de submeter os documentos agradecia.

24
25 Não havendo pedidos de intervenção sobre a matéria o **Presidente da Assembleia**, concluiu que foi
26 tomado conhecimento.

27 28 **PONTO IV**

29 **1 - ALTERAÇÕES REGIMENTAIS: REFLEXÃO SOBRE EVENTUAL NECESSIDADE** 30 **DE PROCEDER A ALTERAÇÕES, E DELIBERAÇÃO SOBRE *MODUS FACIENDI*.**

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que compete à mesa elaborar o próprio e propor a
33 constituição de um grupo de trabalho para o efeito, em reunião mais restrita com os líderes de
34 bancada, foi abordada esta questão e parece surgir algumas ideias sobre a necessidade de alterações
35 regimentais

36 Nesse sentido, a mesa propõe a constituição de um grupo de trabalho, que integra como
37 coordenadora a deputada Nazaré Lança, mas naturalmente que terá que integrar também os
38 representantes dos partidos que entendam querer participar neste grupo de trabalho.

39 Salientou que não é neste momento que se fará, mas agradece aos líderes partidários, que façam
40 chegar os seus representantes para integrar este grupo de trabalho para a revisão do Regimento da
41 Assembleia, esta é uma forma expedita de trabalhar. Surgiu a necessidade de se alterarem alguns
42 procedimentos e algumas propostas que foram formuladas, e para que tudo isso se reorganize e
43 concretize convém que exista um grupo de trabalho que pondere por diversas soluções possíveis,
44 incluindo uma questão que foi especificamente levantada sobre a grelha de tempos, questão que
45 depende de alterações regimentais e tudo isso tem que ser refletido, e, portanto, a mesa propõe a
46 constituição de um grupo de trabalho.

47
48 **A deputada Elmina Lopes** em relação a esta questão disse que realmente no grupo de trabalho da
49 Assembleia, foi referida a necessidade de rever o regimento, no entanto parece-lhe importante e se
50 existe a necessidade de alterar o regimento, que fosse explicitado aqui em Assembleia quais são os

1 pontos e os constrangimentos que são vistos claramente por este mandato, porque enquanto membro
2 da Assembleia do anterior mandato funcionaram com o atual regimento. Por isso, não percebe a
3 questão da grelha de tempos estar ligada ao regimento, porque efetivamente no regimento existe um
4 conjunto de regras que nada tem a ver com os números que aparecem no atual gestor de tempos.
5 Contudo, concordou com algumas questões levantadas sobre a grelha de tempos, onde foi discutida
6 uma distribuição diferente ainda assim podem aprofundar a questão.

7
8 **O deputado José dos Santos** referiu que não há grandes problemas e a última versão que existe é
9 de 2014, mas ainda assim existem alguns problemas muito atuais e que convidam a fazer alguma
10 reflexão, daí que desde o início concordam com a proposta do Professor Jorge Araújo.

11 Em relação à questão da grelha de tempos que esta referida no artigo 33 do tempo de debate
12 esclareceu que a grelha de tempos está claramente desajustada de uma composição mais abrangente
13 deste órgão, por isso existe necessidade de rever a distribuição do tempo, existe uma concentração
14 excisava dos tempos nos partidos de maior mandato, e em relação ao tempo dos partidos ou dos
15 movimentos que estão numa situação intermédia de mandatos face aos partidos com menos
16 mandatos que é claramente insuficiente.

17 Referiu que depois de analisar a nova grelha da Assembleia Municipal de Lisboa, que faz parte
18 regimento, percebeu que os partidos PS, PSD, CDS, PCP têm todos 3 minutos de intervenção, e por
19 vezes diferenças de 14, 15 mandatos.

20 Salientou que existe a necessidade de repensar, contudo acha que o grupo de trabalho é o fórum
21 indicado no sentido de aproximar os tempos daquilo que é uma razoabilidade de intervenções, e não
22 fazer depender isso da proporção dos mandatos de uma forma tão rígida quanto é hoje.

23 Salientou que existem questões mais práticas, que provavelmente poderá ficar indicado no
24 regimento que independentemente da situação sanitária, será possível que os membros deste órgão
25 possam entrar remotamente.

26 Provavelmente poderá ficar no regimento que pelo menos uma reunião anual deste órgão se realize
27 numa freguesia rural, por outro lado o deputado Bruno Martins tem feito algumas sugestões
28 importantes, e que podem ser consolidadas numa versão do regimento.

29 Existem alterações no regimento que foram feitas e não estão consolidadas na versão final, aliás na
30 conferência de líderes pediram à mesa logo que possível enviassem a versão correta do regimento,
31 contudo depois existem alterações como a questão da transmissão através do “youtube” que não
32 estão consolidadas na versão do regimento, contudo existem claramente motivos que convidarão
33 em 2021 – 2022 a visitar o regimento e tentarem aperfeiçoá-lo naquilo que ele tem de menos
34 virtuoso.

35 Referiu que subescreve a proposta, e oportunamente indicarão o representante no grupo de trabalho.

36
37 **A deputada Paula de Deus** disse que o Partido Socialista já tinha em conferência de líderes,
38 concordado com esta proposta, e pensa que foi consensual entre todos, e não está exatamente a
39 perceber qual o alcance desta intervenção.

40 Em relação aos problemas serão elencados, e nesta questão o deputado José Santos já indicou alguns
41 que estão relacionados com as forças com muito pouca expressão nesta Assembleia, mas ainda
42 assim é uma questão de democracia olharem para o regimento e ver se ele está atualizado para 2021.
43 Contudo como existem outros grupos de trabalho o senhor Presidente considerou que era oportuno,
44 ainda assim consideram que é chegado o tempo de mudança na Assembleia Municipal, mudam-se
45 os tempos e as vontades, a verdade é que em conferência de líderes já foi consensualizado que era
46 necessário rever o regimento, inclusive o Partido Socialista já tinha um nome para indicar para
47 integrar esse grupo de trabalho para agilizar de facto o funcionamento da Assembleia e não
48 prejudicar nenhuma força Partidária, bem pelo contrário porque é isso que a democracia diz.

49

1 **O deputado Henrique Troncho** assentou que a criação de um grupo de trabalho com estas funções
2 é precisamente para identificar situações que em face até da evolução das coisas nestes anos e da
3 situação da Assembleia Municipal justificam alguma alteração ao que estava consignado entre elas,
4 nomeadamente a grelha de tempos que foi feita numa altura em que a composição era
5 completamente diferente, a qual foi pensada na altura da mesma forma que acontecia na Assembleia
6 da República e o onde pertenceu a esse grupo de trabalho.

7 Referiu que esse grupo de trabalho não vai mudar o regimento, esse grupo de trabalho vai identificar
8 um conjunto de situações e trazer propostas de solução que depois esta Assembleia decidirá.
9

10 **O deputado José Figueira** corroborou com as preocupações da sua camarada Elmina Lopes,
11 exprimiu e chamou a atenção que os membros desta Assembleia tem legitimidade de acordo com
12 artigo 16 do regimento, para o ponto 3, propor por escrito alterações ao regimento e se calhar seria
13 importante que cada um fizesse chegar a esse grupo de trabalho, aquilo que consideram como
14 matérias que deverão ser repensadas, independentemente dos poderes desta Assembleia podem
15 aprovar alterações ao regimento, isto porque na verdade um grupo de trabalho para fazer esta revisão
16 também tem que ter certa forma balizado o mandato em termos de matérias que sejam consideradas
17 pertinentes, ainda assim não se pode analisar todo o regimento até porque está enquadrado pela
18 própria a lei.

19 Ainda assim depois existem outras questões, que são questões práticas o qual tem alguma reserva
20 que estejam expressas no regimento, como a questão da transmissão em *zoom* e em *youtube*, ou de
21 outras questões mais práticas que devem ser consensualizadas pelos responsáveis e pela mesa da
22 Assembleia e com os restantes membros das bancadas para serem analisadas.
23

24 **O deputado José Santos** recordou de acordo com o artº 29 da lei das autarquias locais,
25 competências da mesa da Assembleia Municipal, a mesa pode elaborar o projeto de regimento ou
26 propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito.

27 Referiu que não percebe o drama de constituir um grupo de trabalho para propor uma elaboração do
28 regimento.
29

30 **A deputada Elmina Lopes** disse que não houve um entendimento claro do que referiu, ainda assim
31 não contesta a criação do grupo de trabalho, e apela aos membros da Assembleia que se
32 pronunciassem sobre o seu funcionamento e identificassem questões que consideram pertinentes.
33

34 **Deliberação:**

35 **Aprovado por unanimidade**, com 32 presenças verificadas.
36

37 **2 - REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM COMISSÕES E** 38 **CONSELHOS:** 39

- 40 a) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- 41 b) Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alentejo Central;
- 42 c) Conselho Municipal de Segurança de Évora;
- 43 d) Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Évora;
- 44 e) Comissão Municipal de Economia e Turismo de Évora;
- 45 f) Conselho Municipal de Educação;
- 46 g) Conselho Consultivo do Hospital de Espírito Santo de Évora.
47

48 **Retirado por consenso de todos os eleitos.**
49
50

1 **3 – Outros assuntos**

2
3 Verificou-se que não houve pedidos de intervenções para este ponto da Ordem de Trabalhos.

4
5
6 **SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO**

7
8 Verificou-se que ninguém do público usou da palavra.

9
10
11 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

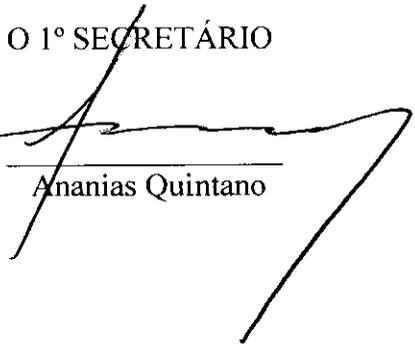
12
13 A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações
14 tomadas da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de
15 setembro.

16
17 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada
18 a sessão pela uma hora, da qual para constar se elaborou a presente ata que os membros da Mesa
19 subscrevem e assinam.

20
21 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

22
23
24
25 
26 _____
27 Jorge Quina Ribeiro de Araújo

28 O 1º SECRETÁRIO

29
30
31 
32 _____
Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA

33 
34 _____
Nazaré Lança